

RELATÓRIO & CONTAS 2015

Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.



BNP PARIBAS
PERSONAL FINANCE




ÍNDICE

1. Relatório do Conselho Administração	4
1. Introdução	5
2. Enquadramento	5
2.1. Enquadramento Macroeconómico Internacional	5
2.2. Enquadramento Macroeconómico Nacional	6
2.3. Enquadramento Setorial	8
3. Atividade desenvolvida	9
3.1. Crédito concedido	9
3.2. Carteira de créditos	10
3.3. Recursos e organização	10
3.4. Desenvolvimentos e projetos	15
3.5. Responsabilidade social e ambiental	17
3.6. Qualidade	19
3.7. Risco	20
3.8. Balanço e conta de exploração	20
3.9. Gestão dos riscos financeiros	22
3.10. Gestão do capital e rácio de solvabilidade	27
4. Eventos subsequentes	29
5. Perspetivas futuras	29
6. Proposta de aplicação de resultados	30
7. Notas finais	30
8. Bibliografia	31
2. Demonstrações Financeiras	32
3. Notas às Demonstrações Financeiras	37
Aspetos gerais	38
NOTAS	
Nota 1 – Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras e comparabilidade	38
Nota 2 – Principais critérios valorimétricos utilizados	39
Nota 3 – Informação requerida pela Carta Circular n.º02/2014/DSP do Banco de Portugal	47
Nota 4 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	52
Nota 5 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	52

ÍNDICE

Nota 6 – Aplicações em instituições de crédito	52
Nota 7 – Crédito a Clientes	53
Nota 8 – Provisões e Imparidade	55
Nota 9 – Ativos Não Correntes detidos para Venda	55
Nota 10 – Ativos Tangíveis e Intangíveis	56
Nota 11 – Ativos e Passivos por Impostos Correntes	57
Nota 12 – Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	58
Nota 13 – Outros Ativos	59
Nota 14 – Recursos de Outras Instituições de crédito	60
Nota 15 – Recursos de clientes e Outros Empréstimos	61
Nota 16 – Outros Passivos	62
Nota 17 – Capital Social, Outras Reservas e Resultados Transitados	63
Nota 18 – Juros e Rendimentos Similares	64
Nota 19 – Juros e Encargos Similares	64
Nota 20 – Rendimentos de Instrumentos de Capital	65
Nota 21 – Rendimentos de Serviços e Comissões	65
Nota 22 – Encargos com Serviços e Comissões	66
Nota 23 – Resultados de reavaliação cambial (líquido)	66
Nota 24 – Resultados de Alienação de Outros Ativos	67
Nota 25 – Outros Resultados de Exploração	67
Nota 26 – Custos com o Pessoal	69
Nota 27 – Gastos Gerais Administrativos	71
Nota 28 – Compromissos Extrapatrimoniais	72
Nota 29 – Transações com Partes Relacionadas	73
Nota 30 – Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros	75
Nota 31 – Divulgação de informação requerida pela Carta Circular n.º 2/2014 DSP do Banco de Portugal	78
Nota 32 – Honorários do Revisor Oficial de Contas	84
Nota 33 – Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos conforme Instruções 28/2014 e 29/2014 emitidas pelo BdP	85
4. Certificação Legal das Contas	86
5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	89



1 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório, elaborado pelo Conselho de Administração do Banco BNP Paribas Personal Finance S.A. (adiante designado por Banco), visa efetuar o balanço da atividade do ano de 2015, bem como proceder à apresentação das contas do Banco relativas ao mesmo período. Este documento apresenta o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Sociedade que atua comercialmente sob a marca Cetelem.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNACIONAL

Em 2015 assistiu-se a uma ligeira quebra do crescimento da atividade económica mundial. O modesto crescimento registado pelas economias avançadas foi ofuscado pela desaceleração verificada nos países emergentes e em desenvolvimento. Esta desaceleração é essencialmente justificada pela queda substancial no preço de *commodities* como o crude e gás natural, afetando essencialmente os países exportadores. Em sentido contrário, as economias avançadas registaram ligeiros crescimentos face a 2014 proporcionados pelo aumento da procura doméstica e pela melhoria das condições de crédito.

Em termos globais, e de acordo com o *World Economic Outlook* emitido pelo Fundo Monetário Internacional, o PIB na União Europeia e Monetária em 2015 cresceu cerca de 1,5%, acima do acréscimo de 0,9% registado em 2014. Para esta expansão contribuíram em grande parte as taxas de crescimento do PIB verificadas nas principais economias da Europa, com destaque para Espanha (taxa de 3,2% em 2015 face a 1,4% em 2014), Itália (0,8% em 2015 face a -0,2% no ano anterior), França (1,1% em 2015 face a 0,2% em 2014) e mesmo a Alemanha, que apesar da ligeira desaceleração (1,5% em 2015 contra 1,6% no ano anterior), continuou em crescimento.

Adicionalmente, importa referir que na Zona Euro se verificou uma diminuição da taxa de desemprego em cerca de 1 p.p., que no final de 2015 se cifrou em 10,4%, quando em 2014 o valor tinha sido de 11,4%.

No que concerne às principais economias do resto do mundo, estas registaram performances próximas do que aconteceu no ano de 2014, nomeadamente nos Estados Unidos da América (2,6% vs 2,4% em 2014), no Japão (0,6% vs -0,1% em 2014), e na China (6,8% vs 7,3% em 2014).

	2013	2014	2015 ESTIMATIVA	2016 PREVISÃO
UE (28 Membros)	0,2%	1,5%	1,9%	1,9%
UEM (19 Membros)	-0,3%	0,9%	1,5%	1,6%
Portugal	-1,6%	0,9%	1,6%	1,5%
Alemanha	0,4%	1,6%	1,5%	1,6%
EUA	1,5%	2,4%	2,6%	2,8%
China	7,7%	7,3%	6,8%	6,3%
Japão	1,6%	-0,1%	0,6%	1,0%

Tabela 1 – Evolução do PIB em % Fonte: FMI – World Economic Outlook – JANEIRO 2016

Para 2016 perspetiva-se uma aceleração do crescimento na maioria das economias, com ênfase na UE (1,9%) e nos EUA (2,8%).

2.2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO NACIONAL

O ano de 2015 ficou marcado pela mudança de Governo, sendo que o Executivo começou a aplicar uma nova política económica em Portugal. Esta mudança originou uma necessidade de adaptação por parte dos mercados e investidores. O Orçamento de Estado para 2016 foi submetido a um processo negocial com a Comissão Europeia, que depois emitiu parecer favorável.

Saliente-se que Portugal conseguiu manter o acesso aos mercados de dívida internacionais, permitindo assim começar a reembolsar os empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira. Este programa teve um impacto profundo na sociedade portuguesa, em particular através da redução acentuada do rendimento disponível das famílias, justificado, quer pelo aumento da carga fiscal, quer pela redução ou suspensão de alguns apoios sociais.

No gráfico seguinte apresentamos a evolução das yields da dívida pública portuguesa a 5 e a 10 anos, onde podemos verificar a quebra que existiu desde finais de 2013 e que se acentuou com o fim do Programa de Assistência em maio de 2014. Em março de 2015, as taxas implícitas de dívida portuguesa atingiram mínimos históricos, poucos meses depois do Banco Central Europeu (BCE) ter anunciado um plano de compra de dívida através da aquisição de obrigações do tesouro de diversos países da Zona Euro.

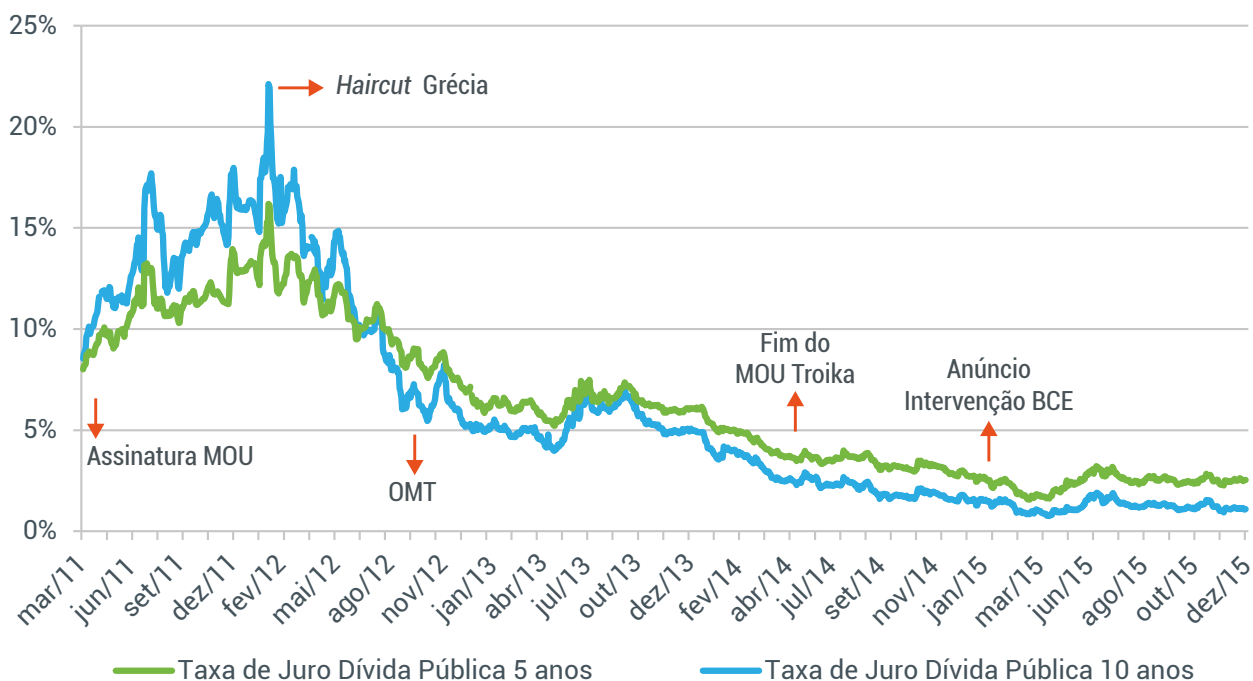


Gráfico 1 – Evolução das yields da dívida pública portuguesa

Fonte: Reuters

Em 2015 a atividade económica apresentou um crescimento moderado, sustentado pela recuperação da procura privada (+2,7%), em particular do consumo e do investimento em máquinas e equipamentos.

Relativamente à Balança Comercial, verificou-se um crescimento das importações (6%) superior ao das exportações (4,9%). No entanto, no que toca a serviços e turismo, Portugal continua a exportar quase o dobro do que importa, permitindo assim que a Balança Comercial continue em *superavit*.

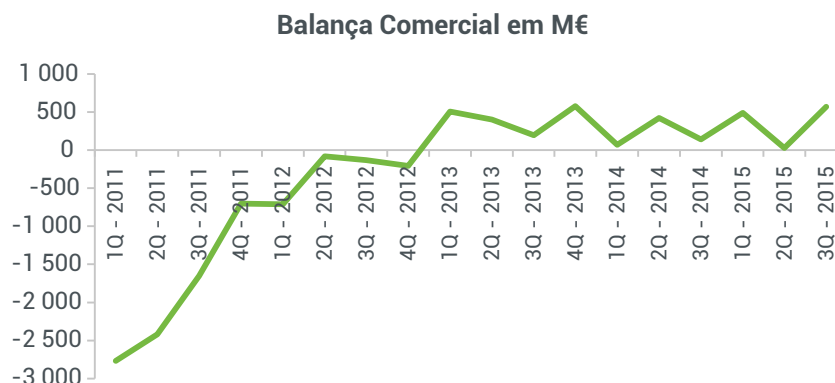


Gráfico 2 – Evolução da Balança comercial portuguesa
Fonte: INE

É esta conjuntura de melhoria dos indicadores económicos que permitiu a Portugal registar um crescimento moderado do PIB em 2015, estimado em 1,6%, face aos 0,9% registados no ano anterior.

Portugal	2012	2013	2014	2015 Estimativa	2016 Previsão
PIB	-4,0%	-1,6%	0,9%	1,6%	1,5%
Procura Interna	-7,3%	-2,0%	2,2%	2,7%	1,7%
Exportações	-2,6%	11,6%	5,6%	4,9%	4,9%
Importações	-11,7%	6,9%	8,0%	6,0%	3,7%
Inflação	2,8%	0,4%	-0,2%	0,5%	0,7%
Desemprego Anual	15,5%	16,2%	13,9%	12,3%	11,3%
Défice	-5,7%	-4,7%	-7,2%	-2,9%	-2,3%
Peso da Dívida	125,8%	129,7%	130,2%	127,8%	125,0%

Tabela 2 – Evolução dos principais agregados económicos de Portugal
fontes: FMI e OCDE (Procura Interna)

Em 2015 manteve-se o decréscimo da taxa de desemprego mensal, alcançando valores ligeiramente inferiores aos registados antes do início da intervenção da Troika em Portugal. Em termos anuais, a taxa de desemprego fixou-se nos 12,3%, face a 13,9% registados em 2014.

De referir que, apesar desta quebra, a redução no desemprego jovem (faixa etária entre os 15 e os 24 anos de idade) foi pouco significativa, mantendo-se o valor na ordem dos 32% no final de 2015, quando em 2014 se registava 35%.

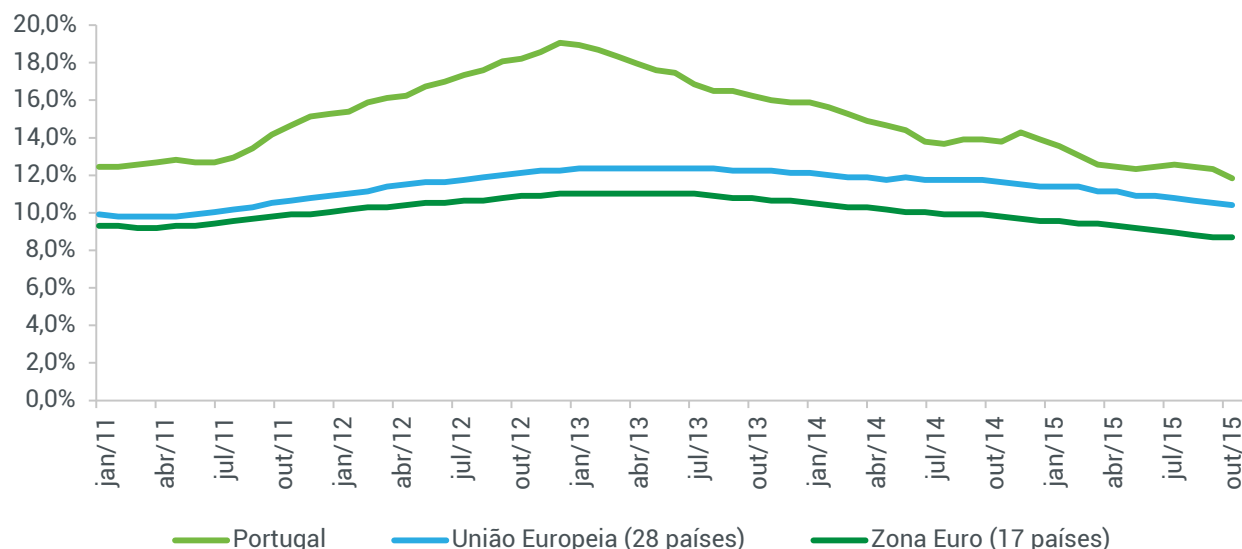


Gráfico 3 – Evolução Mensal da Taxa de Desemprego em Portugal
Fonte: EUROSTAT

No que concerne o défice orçamental de Portugal, em percentagem do PIB, estima-se que tenha ficado por volta dos 2,9% em 2015, sendo que a meta definida para o ano era um défice igual ou inferior a 3% do PIB. No entanto, o plano de resolução e venda do Banif pode ter comprometido esse objetivo.

2.3. ENQUADRAMENTO SETORIAL

Relativamente à atividade, a carteira de empréstimos de instituições de crédito a particulares decresceu, terminando o ano a diminuir cerca de 4% face ao ano anterior. Saliente-se que o recurso ao crédito junto dos bancos destina-se maioritariamente ao financiamento da compra de habitação, representando cerca de 80% do total do crédito concedido a particulares.

No que concerne às entidades de crédito especializado, e de acordo com os dados fornecidos pela Associação de Instituições de Crédito Especializado (adiante designada por ASFAC), o montante de novos créditos ao consumo concedidos pela globalidade das associadas cresceu significativamente em 2015, cerca de 24% face ao ano anterior, mantendo a tendência do ano transato.

Neste contexto, o setor Automóvel - incluindo a atividade *Leasing* e ALD - apresentou um crescimento de 28%, a atividade da Distribuição verificou um crescimento de 7% e a atividade de Crédito Pessoal assistiu a um aumento de cerca de 31% face a 2014.

Em termos consolidados (Bancos, SFAC's e IFIC's), o mercado do crédito ao consumo cresceu cerca de 4%, atingindo um valor total estimado de cerca de 15,4 mil milhões de euros. Com base nestes dados, verificou-se que a quota de mercado do Banco se situou, em 2015, em torno dos 8,0%.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., opera sob a marca comercial Cetelem, sendo a sua atividade focada na concessão de crédito especializado, atuando no mercado através de acordos de parceria com estabelecimentos comerciais e de crédito comercializado diretamente a particulares.

No ano de 2015, não foram concedidos créditos a membros dos órgãos sociais nem concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores. Também não foram adquiridas ou alienadas ações próprias.

3.1. CRÉDITO CONCEDIDO

O volume de novos créditos totalizou cerca de 840 milhões de euros, num total de 337 mil novos contratos, dos quais cerca de 446 milhões de euros são referentes a Crédito Clássico, *Leasing* e ALD – Equipamento do Lar, Automóvel e Empréstimo Pessoal – e os restantes 394 milhões de euros referentes a cartões de crédito e linhas de crédito.

Cerca de 41% da produção anteriormente referida foi realizada através da rede de parceiros do setor da Distribuição – lojas de eletrodomésticos e móveis, entre os principais; cerca de 25% foi realizada através da rede de parceiros do setor Automóvel e Moto – marcas, agentes e *stands* multimarca; e os restantes 34% foram concedidos diretamente aos clientes.

Milhares de Euros	Total 2015	Δ 15/14
Distribuição	346 239	11%
Automóvel	213 230	48%
Empréstimo Pessoal	280 315	51%
Produção Total	839 785	31%
Clássico	446 261	43%
Cartões e Linhas de Crédito	393 524	19%

Tabela 3 – Detalhe por setor da produção anual

SETOR DISTRIBUIÇÃO

A atividade de Equipamentos para o Lar e bens pessoais registou um aumento do volume de crédito concedido de 11% face ao ano anterior, superando o crescimento global do setor, que se situou nos 7% face a 2014 (dados ASFAC).

SETOR AUTOMÓVEL

O mercado Automóvel cresceu 24% nas matrículas de veículos ligeiros em 2015, segundo os dados da ACAP. Esta evolução do mercado Automóvel justifica-se com a melhoria das expectativas dos consumidores. A concessão de crédito Automóvel pelo Banco aumentou cerca de 48%, repartindo-se entre o financiamento de automóveis novos e de automóveis usados.

No que respeita ao mercado da Moto, assistimos igualmente a um aumento de cerca de 12% no total das matrículas face a 2014. De realçar que 84% das matrículas referem-se a motociclos de 125 centímetros cúbicos de cilindrada, em virtude das alterações legais implementadas no final de 2009 e que passam pela alteração das habilitações necessárias para a condução destas motos.

SETOR DE CRÉDITO PESSOAL

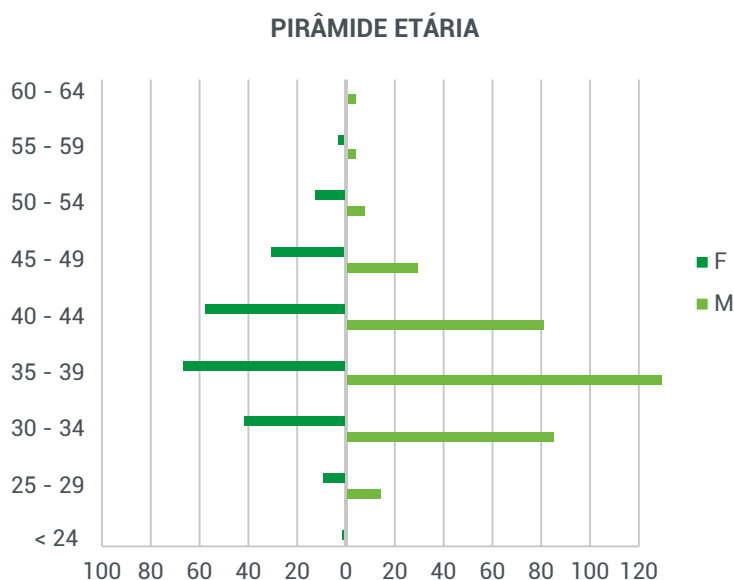
A atividade de Crédito Pessoal do Banco registou um aumento de cerca de 51% face ao ano transato. Este desempenho superou o forte crescimento do mercado que, em 2015, cresceu 31% (dados ASFAC).

3.2. CARTEIRA DE CRÉDITOS

A carteira de crédito gerido totalizava, no final do ano, 1 235 milhões de euros ("carteira económica" do Banco), repartidos por cerca de 873 mil contratos. Face à carteira reportada em Balanço a 31 de dezembro de 2015, elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, existem diversos itens de reconciliação, dos quais destacamos os acréscimos de juros até três meses e as receitas e despesas com rendimento diferido.

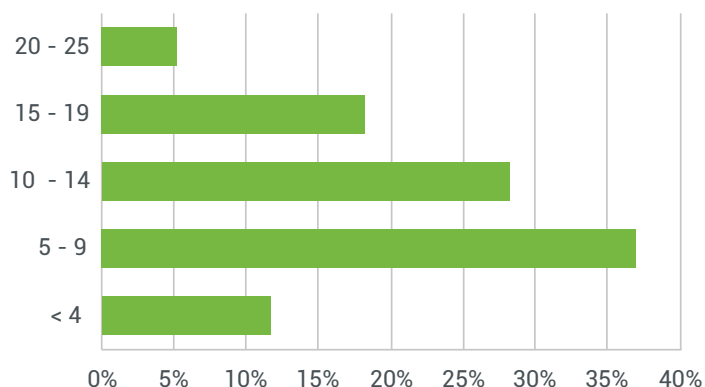
3.3. RECURSOS E ORGANIZAÇÃO

A 31 de dezembro de 2015, o quadro de efetivos do Banco era constituído por 576 colaboradores, sendo a população composta por 62% de mulheres e 38% de homens, com uma idade média de 39 anos.



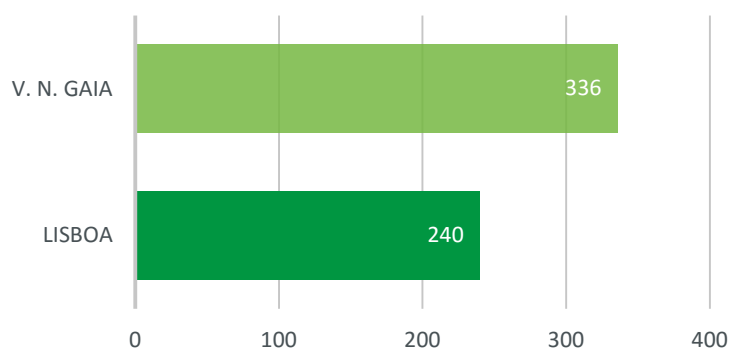
A conjugação de uma Política de Compensações e Benefícios mais eficiente e uma maior aposta na Política de Mobilidade Interna, leva-nos a um índice de *turnover* de 3% e uma antiguidade média na Empresa de 10 anos, sendo que 48% dos colaboradores apresentam uma antiguidade inferior a 10 anos e 23% dos colaboradores uma antiguidade superior a 15 anos.

PIRÂMIDE ANTIGUIDADE



No que se refere à distribuição geográfica de colaboradores, o Banco mantém a sua política de concentração de estruturas de suporte em Lisboa e operacionais em Gaia, repartindo-se de acordo com o gráfico que se segue:

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA



A atribuição de uma remuneração justa e competitiva é, para o Banco, um fator decisivo para um desempenho de excelência. Anualmente, e de acordo com as práticas do mercado e resultados do questionário interno sobre o clima social (*Global People Survey* BNP Paribas), a Política de Compensações e Benefícios do Banco é ajustada, tendo como principal objetivo promover, recompensar e responsabilizar os colaboradores pelos resultados e objetivos definidos.

Assim, em 2015, a Política de Compensações e Benefícios do Banco pautou-se pelo desenvolvimento de um modelo de ajuste face à realidade do mercado, mas também por um grande trabalho de equidade interna, mantendo sempre subjacente o princípio da credibilidade, transparência e mérito individual.

Desenvolvemos ações de sensibilização ao tema, como as sessões de trabalho do *Global People Survey* e a reedição do *Balanço Social Individual* - um documento personalizado destinado aos colaboradores que agrupa, para cada um deles, as informações relativas à sua remuneração e regalias sociais obtidas no ano.

Enquadrado nos objetivos de Responsabilidade Social para com os seus colaboradores, o Banco lançou a "Semana da Saúde", tendo desenhado um período com atividades focadas na postura e ginástica laboral, nutrição, massagens e a já habitual dádiva de sangue, em parceria com o Instituto Português do Sangue, IP (IPS).

MOBILIDADES | RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

2015 continuou a ser um ano de investimento em mobilidades internas, quer no Banco, quer no Grupo BNP Paribas, dadas as sinergias criadas com a concentração das empresas do Grupo no mesmo edifício, em Lisboa. Estas oportunidades de carreira contribuem fortemente para a motivação e desenvolvimento dos colaboradores.

São realizados Comités regulares, com o objetivo de dar a conhecer as oportunidades e fomentar as mobilidades no Grupo. Essas mobilidades são concretizadas com base em políticas definidas e acordadas pelas várias entidades.

Realizaram-se também, em 2015, os já habituais *Mobility Days*, com a participação das várias entidades do grupo e dos colaboradores interessados em conhecer melhor a realidade das outras entidades do Grupo. Deu-se igualmente início a uma nova iniciativa, os *Mobility Breakfast*, com os mesmos objetivos, dirigido a um público mais específico que revela clara motivação em mobilizar-se.

Durante o ano, ocorreram 82 mobilidades internas, das quais 10 geográficas e 4 para o Grupo. As mobilidades foram concretizadas com base nos *inputs* recolhidos nas entrevistas de carreira e recorrendo a metodologias de avaliação objetivas.

Foram divulgados 45 anúncios de recrutamento, sendo que 23 correspondem a recrutamentos externos. O recurso a recrutamento exterior pretende satisfazer necessidades para as quais a empresa não dispõe de recursos com os perfis requeridos.

Em 2015 concretizou-se a integração de 8 *trainees* do processo de 2014, de entre os 11 que concluíram o estágio. Realizou-se também o novo Programa de *trainees*, com o acolhimento de 15 estagiários de entre 829 candidaturas.

Há ainda a referir a abertura de 34 processos de recrutamento de colaboradores temporários para departamentos operacionais (25 processos) e de suporte (9 processos) e de 15 processos de *outsourcing*.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho anual é uma pedra basilar na política de Recursos Humanos do Banco, enraizada nos valores do BNP Paribas e que contribui para o alcance das exigências atuais e futuras do negócio, mediante a avaliação do desempenho atual e a identificação das necessidades de desenvolvimento futuro dos recursos.

É uma medida-chave da relação entre o Banco e o colaborador, tendo como um dos principais objetivos proporcionar a responsáveis e colaboradores a oportunidade de disporem de um momento de partilha privilegiado e analisarem em profundidade aspetos relevantes que contribuam para o aumento do desempenho na função e para o desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2015, a avaliação intermédia, ainda que não seja obrigatória, ganhou a adesão dos *managers* e colaboradores, sendo amplamente reconhecida como uma ferramenta importante no seu acompanhamento contínuo.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO - TALENTO

O Programa de Talentos do Grupo foi reestruturado em 2015, tendo Portugal sido um país piloto na implementação do Programa *Leaders For Tomorrow*. Tal ocorreu em setembro de 2015, com a identificação dos colaboradores de elevado potencial e respetiva partilha com a casa-mãe em França (BNP Paribas Paris).

No Grupo estão identificados 3 níveis de Talentos: *Emerging*, *Advanced* e *Top*, tendo sido definido para cada um deles um programa de desenvolvimento ajustado às suas necessidades, que passa pelo aconselhamento, formação, *Mentoring* e *Coaching*.

Foram também implementados 16 processos de *Coaching* individual, cujo objetivo visa o desenvolvimento de competências comportamentais e de gestão, das quais se destacam a liderança e a gestão emocional.

Foram igualmente realizados 24 processos de *Mentoring* individual, visando promover um maior conhecimento da empresa e apoiar no desenvolvimento de competências comportamentais através da partilha de experiências e vivências com um mentor.

Localmente realizou-se em 2015 a 2.^a edição do Programa de Viveiros, cujo objetivo é identificar perfis potenciais para poder vir a integrar o Programa *Leaders For Tomorrow*. Participaram 56 colaboradores neste programa e foram validados 34. Para estes colaboradores foi definido um programa de desenvolvimento que se inicia em 2016.

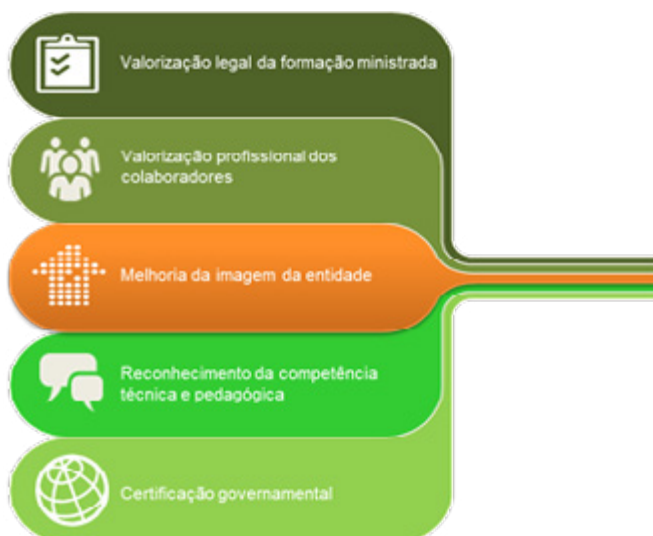
POLÍTICA FORMATIVA

A Política de Formação e Desenvolvimento dos Colaboradores do Banco tem três grandes finalidades: reforçar e consolidar os conhecimentos/ desempenho; acompanhar e facilitar contextos de mudança e preparar o futuro. Todas estas finalidades colocam a Direção de Recursos Humanos como um parceiro estratégico na concretização dos objetivos da Organização, enquanto garante de que os colaboradores têm as competências certas quando necessário.

CERTIFICAÇÃO PELA DGERT

O Departamento de Formação & Desenvolvimento do Banco obteve em dezembro de 2015 o despacho positivo da certificação Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), sendo atualmente uma entidade formadora certificada (processo C3014). Esta é mais uma forma de o Banco proporcionar aos seus colaboradores, bem como aos parceiros dos Parceiros de negócio, formação certificada, a qual, para todos os efeitos, já era anteriormente desenvolvida.

Acreditamos que tal trará vantagens a diversos níveis:



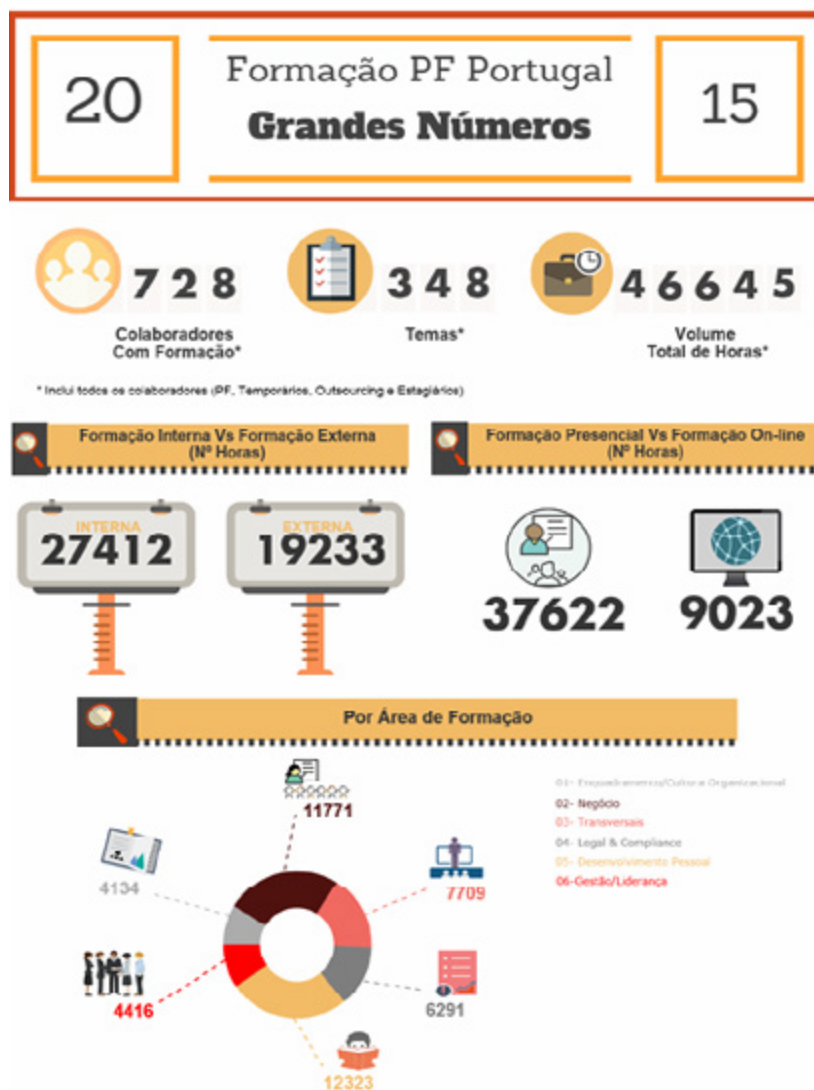
PF PORTUGAL CAMPUS – MANAGEMENT ACADEMY

Paralelamente, durante o ano de 2015, decorreu o terceiro ano da *PF Management Academy*, em parceria com a *Porto Business School*, Escola de Negócios da Universidade do Porto, que tem por missão o ensino pós-graduado e a formação avançada em gestão, de carácter executivo.

A *PF Management Academy*, assente nos princípios de gestão do Grupo BNP Paribas, constitui-se como um projeto estratégico do Banco, orientado para a valorização de todos os seus *managers*, através do desenvolvimento de competências críticas essenciais para o sucesso do negócio e o desenvolvimento das pessoas.

Esta academia corporativa tem como objetivo encorajar e estimular nos *managers* um espírito contínuo de aprendizagem. Para isso, disponibiliza um conjunto de programas e momentos de formação diferenciados que permitem acelerar e potenciar o desenvolvimento das competências de gestão e liderança, procurando identificar necessidades de desenvolvimento específicas de cada um dos três grupos de *managers* identificados e envolvidos.

INDICADORES RELATIVOS À FORMAÇÃO



3.4. DESENVOLVIMENTOS E PROJETOS

O ano de 2015 foi um ano crucial na implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico 2014/2016 do Banco. Este plano é composto por prioridades comerciais e operacionais, por sua vez declinadas em Projetos e sucessivamente em diferentes iniciativas.

Os objetivos definidos resultaram de um trabalho preparatório em que participaram todos os quadros da empresa, tendo sido identificados os seguintes eixos de ação:

- Melhorar os processos de negócio do Banco atendendo às inovações tecnológicas e às novas tendências de consumo;
- Fazer evoluir e alargar a oferta comercial, adaptando-a aos novos canais de distribuição, nomeadamente o digital;
- Reforçar a qualidade e a eficácia dos serviços prestados e a *performance* operacional;
- Antecipar as tendências de comportamento dos consumidores de forma a encontrar uma dinâmica de inovação e desenvolvimento comercial;

- Explorar de forma mais eficiente as potencialidades do digital, através do desenvolvimento de serviços de *self-care* (*Interactive Voice Response (IVR)*, *Homebanking* e *MobileBanking*), melhorando também a acessibilidade e usabilidade dos *websites* e do *e-commerce*;
- Industrializar os processos de negócio através da utilização de novas tecnologias, nomeadamente no que se refere a *front-end* para as áreas de negócio do Retailho e Automóvel;
- Diversificação das parcerias, tirando partido do *know-how* e da solidez financeira do Banco para potenciar o alargamento do campo de ação das parcerias a novos *targets*.

Há ainda a destacar as seguintes concretizações em 2015:

PROJETOS NO ÂMBITO DO *PARTNER VALUE* (B2B) E *CUSTOMER VALUE* (B2C):

Aprofundou-se a dinâmica de alargamento de oferta, com o objetivo de expandir a carteira de produtos e serviços à disposição dos clientes apostando-se no desenvolvimento de ferramentas de gestão automatizada de apoio à atividade.

Fortaleceram-se os laços com os principais parceiros comerciais, disponibilizando novos produtos com funcionalidades inovadoras e com processos desenhados no intuito de fiabilizar a recolha automatizada de dados dos clientes, permitindo um reforço da estratégia de *Know Your Customer*, com impactos importantes também na melhoria dos processos operacionais.

De salientar o incremento do *e-commerce* B2B2C e, conseqüentemente, da produção de crédito associada, bem como a forte aposta na desmaterialização e na digitalização dos processos.

PROJETOS NO ÂMBITO DE EFICÁCIA E *PERFORMANCE* OPERACIONAL:

Com o objetivo de garantir um nível de produtividade em linha com as melhores práticas do Grupo, manteve-se a atenção particular no que se refere a temáticas de simplificação de processos e enriquecimento da disponibilização de meios de *selfcare*. Por outro lado houve uma forte aposta em ferramentas de gestão operacionais que permitem manter um conhecimento atualizado dos clientes durante toda a cadeia de pós-venda colaborando para uma pilotagem mais precisa da sua gestão responsável.

PROJETOS DE ÂMBITO TRANSFORMAÇÃO PELO DIGITAL:

O Eixo do Digital encontra-se no cerne da estratégia de gestão do Banco, tendo reflexo interno ao nível da adaptação dos processos operacionais e de suporte para apoiar a transformação da organização rumo ao digital. Esta estratégia materializou-se na implementação em 2015 de novas soluções:

- Disponibilização de um novo *Homebanking* em formato "*responsive*";
- Lançamento da primeira *App's Mobile PF*;
- Disponibilização do *e-billing* via *hybrid e-mail*;

- Implementação de processos de subscrição de crédito totalmente desmaterializado;
- Extensão da utilização da solução de recolha de dados via leitura do cartão do cidadão.

PROJETOS DE CARÁCTER REGULAMENTAR:

A implementação de projetos de cariz regulamentar e/ou de conformidade é considerada prioritária para o Banco, pelo que, durante 2015, foram efetuados investimentos superiores a 1M€ neste tipo de desenvolvimentos.

Para 2016, a estratégia mantém-se, reservando o Banco uma quota específica da sua capacidade de desenvolvimento informático afeta a estas alterações, no intuito de assegurar, uma ainda maior celeridade na adaptação dos seus diversos sistemas.

Em paralelo com a estratégia rigorosa de conformidade do Grupo, o PF Portugal tem-se posicionado como piloto em projetos internacionais nesta vertente, assegurando a vanguarda na análise e tratamento destas temáticas, nomeadamente no que se refere à prevenção e deteção de branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

3.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

No seio do Banco, a responsabilidade social traduz-se na inclusão voluntária, na atividade desenvolvida, de preocupações com as questões sociais e ambientais, procurando sensibilizar colaboradores, clientes, parceiros de negócio e o público em geral para estas temáticas.

A política de responsabilidade social do Banco assenta em vários eixos, desde o cumprimento da legislação aplicável à sua atividade, garantindo a total transparência da informação prestada aos seus clientes, até à aposta na qualidade e certificação do serviço de Provedoria do Cliente, promovendo o diálogo constante com o cliente, associações de consumidores e entidades de supervisão. Destaca-se o apoio a iniciativas sociais em domínios como literacia, solidariedade e proteção ambiental.

3.5.1. LITERACIA

Com o objetivo de contribuir para elevar os níveis de literacia dos portugueses, o Banco aposta num conjunto de ações:

3.5.1.1. TEM TUDO A LER

O Programa de Apoio à Leitura “Tem Tudo a Ler” é uma aposta do Banco no âmbito da sua política de Responsabilidade Social. Consciente dos baixos níveis de literacia em Portugal e da importância da leitura foi desenvolvido um conjunto de iniciativas, dirigidas aos diferentes públicos, com o objetivo claro de promover hábitos de leitura junto dos portugueses.



3.5.1.2. ESTUDO DE LITERACIA FINANCEIRA – 3ª EDIÇÃO

A 13 de março de 2015 foi divulgada a 3ª edição do Estudo de Literacia Financeira, um estudo realizado pelo Cetelem, cujo objetivo é aferir o nível atual de conhecimento da população portuguesa em termos de educação financeira.

3.5.2. SOLIDARIEDADE

Na área da solidariedade engloba-se o apoio a associações e projetos de cariz social, de entre os quais se destaca:

3.5.2.1. APOIO À CASA DE ACOLHIMENTO DA MÃO AMIGA

O Banco apoia desde 2008 a **Casa de Acolhimento Mão Amiga**, um centro de acolhimento de crianças em risco, que visa proporcionar os cuidados básicos e o acompanhamento necessário para potenciar o desenvolvimento saudável destas crianças. A par de apoio financeiro são promovidas atividades junto das crianças contando com participação voluntária dos colaboradores do banco.



3.5.2.2. OUTROS APOIOS

- Presença na Mini Maratona de Lisboa, suportando o Banco a inscrição dos seus colaboradores, cujos fundos reverteram a favor da **ANDAR - Associação Nacional de Doentes com Artrite Reumatoide**.
- Apoio a projetos no âmbito da política de Mecenato do BNP Paribas Portugal, tais como organização dos jogos da Primavera da **Elo Social**, participação em clínicas de ténis da **Academia dos Champs** e a realização da 3.ª edição do Mercado de Natal que visou apoiar a **PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados** – através da angariação de fundos com os produtos vendidos;
- Patrocínio no âmbito do projeto do grupo BNP Paribas, Mão2, programa que visa encorajar as iniciativas de interesse geral levadas a cabo por associações nas quais os colaboradores do Grupo BNP Paribas Portugal estão envolvidos a título voluntário.



3.5.3. AMBIENTE

As ações desenvolvidas neste âmbito visam a proteção do meio ambiente e a promoção de uma melhor gestão de recursos naturais.

Existe uma forte preocupação e consciencialização dos colaboradores para estas questões. São já comuns as práticas de reciclagem de materiais (papel e detritos tecnológicos, por exemplo) ou alertas para imprescindível eliminação do desperdício no consumo de papel, energia e água.

No âmbito das ações ambientais do Grupo BNP Paribas Portugal, desafiámos os colaboradores a participarem na ação **Green Up Day**, cujo objetivo foi dedicar uma manhã de limpeza de uma parte do Parque de Monserrate, em Sintra.



Além destas ações junto dos colaboradores, o Banco promove também, junto dos seus clientes e parceiros a redução de consumo de papel, disponibilizando aos clientes meios digitais seguros para consulta online do seu extrato e saldo de conta e aos parceiros a desmaterialização do contrato de crédito nos pontos de venda.

2015 foi também ano de mudança de instalações da Sede do Banco, em Lisboa. A mudança para um edifício ambientalmente responsável e classificado na classe energética B (a Torre Ocidente, do Centro Colombo) representa uma significativa

melhoria na eficiência energética face à estrutura anterior. Este novo edifício integrou na COP 21 (na qual o Grupo BNP Paribas foi um dos patrocinadores oficiais), um vídeo promocional dos “4 novos edifícios ambientais de PF”.

3.6. QUALIDADE

O Departamento de Qualidade do Banco tem como Missão propor e implementar uma estratégia de Qualidade transversal a todo o Banco e que contribua para a otimização da rentabilidade pelo incremento da satisfação dos clientes e parceiros.

Esta estratégia deve assegurar que a oferta e o produto, os projetos desenvolvidos, a comunicação, a relação comercial e os processos operacionais estejam alinhados com os 4 valores do Posicionamento da empresa, Oferta, Comodidade, Transparência, Acompanhamento.

Esta ambição pressupõe ouvir os colaboradores no sentido de confirmar a existência das competências e motivação necessárias para assegurar a satisfação de clientes e parceiros como meio indispensável para responder eficazmente às suas expectativas.

O dispositivo de qualidade foca-se em quatro pilares estratégicos da Qualidade: *Focus* no Cliente, Transversalidade, Visibilidade e Análise e Medição.

Com a ambição de reforçar a posição do Banco como parceiro de confiança dos seus clientes, foram realizados Barómetros de Satisfação a clientes e parceiros. Foi igualmente, implementado um barómetro de satisfação específico para os clientes em Recuperação de Crédito. Estes Barómetros de satisfação possibilitaram a medição do nível de serviço prestado e conhecer a opinião e as expectativas dos clientes e parceiros do Banco. Permitiram, ainda a identificação, a análise e a definição de diversas oportunidades de melhoria dos produtos disponibilizados e dos serviços prestados pelo Banco.

É objetivo da Qualidade, numa perspetiva de melhoria contínua, criar um instrumento de medição constante da perceção do Cliente relativamente ao serviço prestado através dos vários canais de contacto disponibilizados pelo Banco.

A Qualidade deve impactar toda a organização do Banco e a prestação de um serviço de excelência e a satisfação total do Cliente uma preocupação constante de cada colaborador.

Foram, ao longo do ano, concretizadas Visitas de Qualidade a várias áreas do Banco, funcionais e de suporte, pretendendo-se com esta iniciativa manter o Comité Executivo informado, de forma isenta, sobre o quotidiano das áreas visitadas e das necessidades e expectativas de clientes, parceiros e colaboradores.

A partilha das expectativas dos clientes e parceiros e da perceção da sua relação com o Banco foi uma realidade permanente ao longo de 2015, através do programa “Escutas Cliente” – que resulta de uma aposta na proximidade entre os colaboradores e a gestão de topo.

A análise da causa das anomalias identificadas foi, igualmente, uma iniciativa presente durante todo o ano de 2015 que se traduziu numa diminuição do número de reclamações recebidas pelo Provedor do Cliente. O Provedor do Cliente é um serviço cujo sistema de gestão de qualidade cumpre com os requisitos da norma ISO 9001:2008, sendo o garante do elevado padrão de qualidade e eficiência nos processos e metodologias utilizados.

3.7. RISCO

No final de 2015 o Crédito em Risco representava 10,0% do Crédito a clientes Total, que compara com um valor de 12,3% em dezembro de 2014. No que respeita ao rácio de Crédito com Incumprimento sobre o Crédito Total, apurou-se um valor de 8,9% contra 10,6% em dezembro de 2014.

O rácio de Crédito a Clientes em Risco (líquido) face ao Crédito Total (líquido) ascendeu a 1% (contra 2% em 2014). O Crédito com Incumprimento (líquido) face ao Crédito Total (líquido) representava cerca de 0,2% em dezembro de 2015, contra 0,4% no final de 2014. Adicionalmente, o nível de cobertura do crédito vencido por provisões específicas para crédito vencido ascendeu a 98% (contra 97% em 2014).

Apresentamos de seguida os Rácios sobre Crédito Reestruturado definidos na Instrução 32/2013 emitida pelo Banco de Portugal.

Euros	2015	2014
CRÉDITO REESTRUTURADO		
(C1) Crédito a Clientes (Bruto)	1 266 797 369	1 091 714 462
(C2) Crédito a Clientes Reestruturado	20 935 854	26 043 647
(C3) Crédito a Clientes em Risco Reestruturado	20 935 854	26 043 647

Tabela 4 – Detalhe Evolução Crédito Reestruturado

%	2015	2014
Rácios Prudenciais		
Rácio Crédito Clientes Reestruturado / Crédito a Clientes (C2/C1)	1,65%	2,39%
Rácio Crédito Clientes em Risco Reestruturado / Crédito a Clientes (C3/C1)	1,65%	2,39%

Tabela 5 – Detalhe Evolução Rácios Prudenciais

3.8. BALANÇO E CONTA DE EXPLORAÇÃO

Em 2015 os resultados líquidos gerados totalizaram 38,7 milhões euros, representando um ligeiro decréscimo de 8% face ao ano anterior, tal como apresentado na tabela 6.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O Ativo Líquido a 31 de dezembro de 2015 totalizava 1 249 Milhões de euros, o que representa um acréscimo de 23% face a 2014.

Os Capitais Próprios do Banco diminuíram de 140 milhões de euros em 2014 para 135,5 milhões em 2015, representando um decréscimo de 4%.

Milhares de Euros	2015	2014	Δ 15/14
Resultados Líquidos	38 692	41 951	-8%
Ativo Líquido	1 249 114	1 016 014	23%
ROA (%)	3,10%	4,13%	-1,03
Capitais Próprios	135 464	140 607	-4%
ROE (%)	28,56%	29,84%	-1,27
Produto Bancário	106 902	124 181	-13,91%
Resultado Antes Imposto / Activo Líquido Médio (%)	4,97%	6,50%	-1,53
Produto Bancário/ Activo Líquido Médio (%)	9,68%	12,55%	-2,87
Resultado Antes Imposto / Capitais Próprios Médios (%)	42,92%	49,94%	-7,02

Tabela 6 – Detalhe dos principais indicadores económico-financeiros

O Ativo Líquido a 31 de Dezembro de 2015 totalizava 1.249 Milhões de euros, o que representa um acréscimo de 23% face a 2014. Os Capitais Próprios do Banco diminuíram de 140 milhões de euros em 2014 para 135,5 milhões em 2015, representando um decréscimo de 4%.

EVOLUÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO LÍQUIDO DA ANULAÇÃO DE PROVEITOS

Milhares de Euros	2015	2014	Δ 15/14
(+) Juros e rendimentos similares	104 819	103 862	1%
(-) Juros e encargos similares	33 462	33 725	-1%
(=) Margem Financeira Bruta	71 357	70 137	2%
(+) Comissões e Out. Res. Exploração	36 579	55 045	-34%
(-) Encargos c/ Comissões	1 034	1 001	3%
(=) Produto Bancário	106 902	124 181	-14%

Tabela 7 – Detalhe da evolução do produto bancário

Em 2015 a Margem Financeira Bruta cresceu 2%. Esta situação decorre essencialmente do aumento da carteira de crédito. Por sua vez, o Produto Bancário registou um decréscimo de 14% face a 2014, devido ao contributo negativo da rubrica "Comissões e Outros Resultados de Exploração", onde se verifica um decréscimo de 34% face a 2014, ano em que se verificou um resultado excepcional decorrente da venda de carteira em contencioso.

CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

Os Gastos Administrativos e Custos com Pessoal totalizaram cerca de 46 milhões de euros em 2015, representando um acréscimo de 3% face a 2014, resultante de um ligeiro aumento na rubrica Gastos Gerais e Administrativos.

	2015	2014
Custos Funcionamento / Ativo Líquido (%)	3,70%	4,44%
Custos Pessoal / Custos Funcionamento (%)	39%	40%
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (%)	46%	38%
Custos Pessoal / Produto Bancário (%)	17%	14%

Tabela 8 – Detalhe da evolução dos Custos de exploração

3.9. GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

O Banco centra a sua atividade na concessão de crédito ao consumo, pelo que os principais riscos a que está sujeito são os seguintes:

- Risco de Crédito;
- Risco Operacional (incluindo Risco de Sistemas de Informação, Risco Legal e de Recursos Humanos);
- Risco de Taxa de Juro;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Conformidade;
- Risco de Reputação e Imagem.

Encontrando-se o Banco sujeito às políticas e metodologias de análise, cálculo e valoração de riscos definidas pelo Grupo BNP Paribas, importa destacar a relevância atribuída ao Risco de Crédito e ao Risco Operacional, para os quais o Banco aplica os seguintes métodos para o cálculo dos requisitos de fundos próprios:

- *STANDARD* para o Risco de Crédito e de Contraparte;
- *AMA* para o Risco Operacional, desde 1 de janeiro 2008.

No que concerne aos Testes de Esforço, definidos na Instrução 4/2011 do Banco de Portugal (BdP), o Banco realiza periodicamente análises de sensibilidade, análises de cenário e *reverse stress tests*, com vista ao estudo do impacto de evoluções adversas nas principais variáveis do negócio, nomeadamente no risco de crédito. Os resultados destas análises são também reportados no âmbito da elaboração anual do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital regulamentar (ICAAP - Instrução 15/2007 do BdP).

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco potencial de um mutuário ou uma contraparte falhar no cumprimento das suas obrigações nos termos estabelecidos entre as partes. A avaliação minuciosa da probabilidade de incumprimento e a cobrança expectável dos empréstimos ou recebimentos no momento do incumprimento são componentes da avaliação da qualidade do crédito.

O risco de crédito é um risco materialmente relevante para o Banco.

A Direção de Risco do Banco reporta hierarquicamente à Direção de Risco da Região Europa do Sul do Grupo BNP Paribas Personal Finance e, funcionalmente, ao Diretor Geral e Administrador do Banco, assegurando-se, desta forma, total independência e imparcialidade no desempenho da sua função relativamente às áreas comerciais, eliminando assim eventuais conflitos de interesse.

A missão da Direção de Risco é a de implementar os meios que garantam uma gestão ótima do risco de crédito no Banco, assim como garantir a segurança das operações de crédito (gerir/controlar o risco), em conformidade com a Política de Risco de Crédito definida pela Função de Risco a nível Central (do Grupo BNP Paribas Personal Finance).

A função de Risco do Grupo BNP Paribas Personal Finance reporta diretamente à função de *Global Risk Management* (GRM) do Grupo BNP Paribas.

As funções da Direção de Risco assentam nos seguintes 4 pilares:

1- Definir uma política de risco de crédito adaptada às operações do Banco e garantir a sua aplicação, respeitando a Política de Risco do Grupo

- Definir uma política de concessão de créditos a particulares e empresas e uma política de recuperação de dívidas, adaptadas às condições do mercado local e à estratégia do Grupo em Portugal, bem como assegurar uma boa divulgação dessas políticas dentro do Banco;
- Definir os controlos, circuitos e procedimentos que permitem assegurar e garantir a correta aplicação dessas políticas.

2- Seguir e antecipar a evolução do risco de crédito do Banco em função dos objetivos validados pelo Conselho de Administração

- Assegurar a implementação dos métodos e das ferramentas de gestão do risco de crédito, nomeadamente os recomendados pelo Grupo, de forma a controlar a evolução do risco de crédito no Banco. Neste âmbito, é feito o acompanhamento e a monitorização dos indicadores de risco, sendo emitidos alertas nas situações onde são verificados desvios e propostos planos de ação corretivos;
- Manter e desenvolver os sistemas de apoio à decisão (Sistemas Decisionais - *Scorings*) com o objetivo de otimizar a concessão de crédito, mantendo o risco controlado;
- Participar na condução do conjunto dos projetos que possam ter uma repercussão no risco de crédito do Banco;
- Alertar o Comité Executivo para os riscos a que o Banco está exposto, assegurando uma perspetiva de risco de médio e longo prazo e prevendo os impactos das eventuais alterações do contexto económico e social.

3- Garantir a eficácia do dispositivo de Risco dentro do Banco;

- Implementar a organização e os controlos necessários para controlar o risco de crédito;
- Garantir a divulgação da Política de Risco, através da formação das equipas e a transmissão de *know-how*.

4- Garantir a aplicação e a conformidade das políticas do Banco em relação às recomendações do Grupo no que concerne ao risco de Crédito;

A gestão do risco de crédito do Banco encontra-se sujeita às políticas de risco de crédito definidas pelo Procedimento Geral de Risco do Grupo Personal Finance e às decisões de gestão do risco país tomadas pelo Comité de Pilotagem e Controlo de Risco (CPCR) do Grupo BNP Paribas Personal Finance, em França. É igualmente seguida mensalmente pela direção da região em que o Banco se insere e localmente em diversos comités de riscos que se encontram referenciados no modelo de *Governance* do Banco.

Face ao *core business* do Banco a gestão do risco de crédito assume particular relevância no seio da gestão de riscos.

O Banco controla o nível de risco de crédito através de técnicas e controlos aplicados na análise e concessão de crédito, quer diretamente, quer através dos seus parceiros comerciais. A política geral de gestão do risco de crédito encontra-se formalizada, sendo uma transposição da Política do Grupo BNP Paribas Personal Finance. Esta é complementada por um conjunto de procedimentos, notas e normas internas que, em conjunto, constituem o dispositivo regulamentar e normativo de gestão da atividade de concessão de crédito.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como o risco resultante de uma inadequação ou falha nos processos internos, ou resultante de eventos externos, sejam eles atos deliberados, acidentais ou naturais.

O risco operacional engloba riscos de recursos humanos, legais, fiscais, de sistemas de informação, risco de fornecer serviços financeiros inapropriados, riscos ligados a deficiências nos processos operacionais e às eventuais implicações financeiras que possam resultar da gestão dos riscos de reputação.

Por definição, o risco de não-conformidade é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, este risco é tratado separadamente pelo Banco, tendo em conta que certas implicações do risco de conformidade envolvem mais do que meras perdas financeiras, podendo mesmo danificar a reputação da instituição.

Os processos internos que dão origem ao risco operacional podem, a título de exemplo, envolver funcionários e/ou sistemas informáticos. Os eventos externos incluem (mas não se limitam a) cheias, incêndios, terremotos e ataques terroristas.

O risco operacional é considerado materialmente relevante para o Banco.

A gestão do Risco Operacional do Banco é assegurada pelo departamento de Gestão de Riscos e a gestão do Risco de Conformidade é assegurada pelo Departamento de *Compliance*, ambos integrando a Direção de *Compliance* & Jurídico.

Estando englobado no perímetro do Grupo BNP Paribas, o Banco aplica o Método Avançado ('AMA') para a determinação dos montantes de requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos operacionais desde 1 de janeiro de 2008.

O cálculo de capital baseia-se em dados locais referentes aos incidentes operacionais históricos e incidentes operacionais potenciais, valorizados de acordo com a referida metodologia e na aplicação de modelos estatísticos que conjugam as diversas componentes de cálculo, sendo o mesmo afeto a cada país em função do Produto Bancário Líquido de cada entidade.

A partir da organização por processos de negócio, de suporte e transversais, são analisadas e quantificadas todas as deficiências ocorridas e reportadas relativas a essas áreas, aferindo-se sobre os eventos, causas, consequências, efeitos (impactos financeiros), culminando na implementação de ações e medidas corretivas para as principais deficiências identificadas.

Os principais impactos verificados são reportados detalhadamente ao Grupo BNP Paribas, o qual analisa e controla regularmente a base de reporte de incidentes de cada filial.

Toda a quantificação e análise dos incidentes históricos e potenciais são efetuadas tendo em conta os 7 eventos de risco operacional definidos no âmbito de Basileia II e que são apresentados como segue:

- Fraude Externa;
- Fraude Interna;
- Práticas em matéria de emprego e de segurança no local de trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Danos ocasionados a ativos físicos;
- Perturbação das atividades comerciais e falhas dos sistemas;
- Execução, entrega e gestão de processos.

A metodologia para a hierarquização dos eventos de risco assenta nas seguintes etapas: Descrição da disfunção; Causa; Frequência (periodicidade com que ocorre o evento); Consequência (risco potencial); Impacto (severidade); e Nível de risco (cruzamento da frequência com a severidade).

A gestão dos riscos operacionais é também assegurada numa ótica de *Governance*, através da realização regular de comités específicos sobre a matéria, com a participação do Comité Executivo do Banco, assim como do reporte semanal das principais deficiências detetadas e respetivos planos de ação com vista a melhorar os processos, mitigar os principais riscos identificados e minimizar os impactos financeiros.

RISCO DE TAXA DE JURO

Este risco é materializado como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de juro de elementos da carteira bancária, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O financiamento é integralmente obtido junto da casa-mãe em França (BNP Paribas Paris), a taxa fixa ou a taxa indexada, conforme o ativo que lhe está subjacente.

Deste facto resulta que o risco de taxa de juro máximo a incorrer pelo Banco será o resultante de eventuais diferenças de sobreposição entre a curva de amortização das necessidades de financiamento e a curva de amortização dos recursos (contraparte BNP Paribas Paris), pelo que não se verificam impactos significativos por variações da taxa de juro, facto justificativo para o nível de risco ser classificado de reduzido.

O controlo do risco de taxa de juro é efetuado mensalmente pelo Departamento de Controlo e *Reporting* da Direção Financeira, no âmbito dos procedimentos de refinanciamento, sendo igualmente objeto de seguimento mensal por parte da Direção Financeira, de forma a verificar que o *gap* de taxa de juro não ultrapassa os limites definidos pelo Grupo BNP Paribas.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez e de refinanciamento é o risco de o Banco ser incapaz de cumprir requisitos de liquidez ou de garantia, atuais ou futuros, previstos ou imprevistos, sem afetar as transações de rotina ou a sua posição financeira. Este risco pode surgir em resultado de uma total ou parcial falta de liquidez em certos ativos ou o

desaparecimento de certas fontes de financiamento. Pode estar ainda relacionado com o próprio Banco (risco de reputação) ou com fatores externos (crise em certos mercados).

O risco de liquidez e refinanciamento é gerido através de uma política global de liquidez, aprovada pela Gestão Executiva do Grupo BNP Paribas, a qual é baseada em princípios de gestão definidos para serem aplicados tanto em condições normais como em situações de crise de liquidez. A posição de liquidez do Banco é avaliada com base em padrões internos, pontos de alerta e rácios regulamentares.

O risco de liquidez e de refinanciamento é gerido ao nível do Grupo com uma implementação local ao nível do Banco e em total alinhamento e conformidade com os processos globais e as políticas do Grupo BNP Paribas.

RISCO DE ESTRATÉGIA

O risco de estratégia é o risco de probabilidade de queda do preço de uma ação do Grupo BNP Paribas devido a decisões estratégicas e implementação de planos de negócio inadequados e inconsistentes.

O risco de que o preço de uma ação do Grupo BNP Paribas possa cair devido a inadequadas e inconsistentes decisões estratégicas é suportado, em última instância, pelos acionistas. Como tal, do ponto de vista do Banco, a manutenção de capital para fazer face ao risco da queda do preço de uma ação do Grupo BNP Paribas faz pouco sentido.

O risco de estratégia é gerido a nível do Grupo BNP Paribas.

RISCO DE COMPLIANCE

Este risco é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de violações ou de não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Por definição, o risco de *Compliance* é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, algumas consequências resultantes de falhas ao nível da conformidade podem ter impactos que vão além de uma perda financeira, podendo colocar em causa a reputação do Banco, pelo que o Banco implementou uma organização específica e processos específicos para gerir o risco de *Compliance*.

Considerando a conjuntura atual e a relevância atribuída pelo Grupo BNP Paribas ao risco de *Compliance*, o Banco acompanha de perto o nível de risco de *Compliance*, analisando e controlando permanentemente o risco de incumprimento ou de violação das obrigações legais e regulamentares, das disposições contratuais, das regras de conduta e de deontologia no relacionamento com clientes e entidades externas, a fraude interna e a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

A avaliação e o seguimento do nível de risco de *Compliance* é gerido a partir dos controlos da atividade de concessão de crédito, da qualidade do serviço pós-venda, da qualidade

das parcerias comerciais, do cumprimento das regras legais e regulamentares ao nível contratual, de novos produtos, organizações e atividades, de prestações de serviço externas, bem como ao nível da publicidade e obrigações de reporte de informações a entidades reguladoras e outras entidades externas.

Existindo uma cultura intrínseca de controlo interno no seio do Banco, o acompanhamento e o envolvimento da gestão de topo, de acordo com o Modelo de *Governance* definido, são um ponto forte da organização, existindo um conhecimento permanente e tempestivo de todas as vertentes de *Compliance*, dos riscos associados, dos controlos realizados, deficiências identificadas, medidas corretivas e estado de concretização das mesmas.

O acompanhamento e o conhecimento dos riscos incorridos pelo Banco ao nível de *Compliance* são assim totalmente assegurados, quer por via do envio dos relatórios de controlo permanente, quer ainda por via de vários Comitês previstos no Modelo de *Governance* do Banco.

RISCO DE REPUTAÇÃO E IMAGEM

O risco de reputação é definido como o risco de quebra na confiança depositada no Banco pelos seus clientes, parceiros, fornecedores ou contrapartes, acionistas, colaboradores, reguladores ou qualquer outra pessoa ou entidade (*stakeholder*) cuja confiança no Banco, em qualquer circunstância, seja uma condição necessária para o desenvolvimento da sua atividade.

O risco de reputação é essencialmente dependente de todos os outros riscos suportados pelo Banco e, excetuando rumores de mercado que levem a uma alteração na cotação das ações (este risco é incorrido diretamente pelos acionistas e não pode ser protegido pelo capital social do Banco), os seus impactos estão incluídos em perdas estimadas incorridas para outras categorias de risco.

O Grupo BNP Paribas considera este risco não mensurável.

O risco de reputação é também controlado e seguido através de procedimentos e controlos (regras e circuitos a respeitar). No Banco a gestão do risco reputacional está formalizada na política de gestão do risco reputacional, emitida pelo departamento de *Compliance*.

3.10. GESTÃO DO CAPITAL E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

A gestão de capital do Banco encontra-se a cargo da Direcção Financeira e tem como objectivos:

- Garantir o capital suficiente para permitir o crescimento sustentado da atividade;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de capital definidos pelo Banco de Portugal;
- Assegurar o cumprimento das normas do Grupo BNP Paribas em termos da gestão de capital.

O quadro que se segue apresenta um resumo das componentes dos fundos próprios do Banco a 31/12/2015 e 31/12/2014:

Euros	2015	2014
FUNDOS PRÓPRIOS		
Capital Realizado	45 661 800	45 661 800
Prémios de Emissão	11 237 516	11 237 516
Reservas Legais e Resultados Transitados	39 872 219	41 756 131
Imobilizações incorpóreas / Ativos intangíveis	-1 812 154	-3 232 482
(A1) Fundos Próprios de Base excluindo ações preferenciais (<i>Core Tier I</i>)	94 959 381	95 422 965
(A2) Fundos Próprios de Base (<i>Tier I</i>)	94 959 381	95 422 965
Fundos Próprios Complementares (<i>Tier II</i>)	11 619 019	0
(A3) Fundos Próprios Elegíveis Totais	106 578 401	95 422 965
REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS		
Calculado de acordo com o Aviso 5/07 (Risco de crédito)	74 361 724	62 419 321
Calculado de acordo com o Aviso 9/07 (Risco operacional)	7 858 000	6 719 000
(B) Requisitos de Fundos Próprios Totais	82 219 724	69 138 321

Tabela 9 – Detalhe da evolução das componentes dos fundos próprios

Desde o início do ano de 2014, os indicadores prudenciais de solvabilidade têm por base a nova legislação de Basileia III, nomeadamente a Diretiva 2013/36/UE e o Regulamento (UE) N.º 575/2013 ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, bem como o Aviso 6/2013 do Banco de Portugal. Em conformidade com este enquadramento legal, os Fundos Próprios do Banco dividem-se em Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1), Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1) e Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2).

Até 2018 a aplicação total da nova regulamentação de Basileia III será gradualmente introduzida, sendo este processo usualmente designado por *Phasing-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios, é designada por *Full Implementation*. Atualmente encontra-se em vigor o processo *Phasing-in*, sendo nesta base que foram determinados, pelo Banco de Portugal, os rácios mínimos regulamentares para 2015: 4,5% para o CET1 e 8% para o Capital Total (T1 + T2).

	Requisitos Mínimos 2015	2015	2014
Rácios Prudenciais (COREP) - (<i>Phasing - in</i>)			
CET1 <i>Capital Ratio</i>	4,50%	9,24%	11,34%
T1 <i>Capital Ratio</i>	6,00%	9,24%	11,34%
Total <i>Capital Ratio</i>	8,00%	10,37%	12,47%

Tabela 10 – Detalhe dos Rácios Prudenciais COREP (*Phasing In*)

	Requisitos Mínimos 2015	2015	2014
Rácios Prudenciais (COREP) - (<i>Fully Phased</i>)			
CET1 <i>Capital Ratio</i>	4,25%	8,98%	11,04%
T1 <i>Capital Ratio</i>	6,00%	8,98%	11,04%
Total <i>Capital Ratio</i>	8,00%	10,11%	12,17%

Tabela 11 – Detalhe dos Rácios Prudenciais COREP (*Fully Phased*)

Em dezembro de 2015, o rácio de *Common Equity Tier 1* do Banco, calculado de acordo com as regras CRD IV/CRR «*phasing-in*», foi de 8,98%, superando largamente o valor mínimo de 4,25% fixado pelo Banco de Portugal para 2015. O rácio Capital Total atingiu 10,11% superando também o nível mínimo requerido.

Os Rácios de Solvabilidade, de Qualidade de Crédito, de Rendibilidade e de Eficiência apresentados neste documento estão conforme a Instrução 23/2012 emitida pelo Banco de Portugal. Não são publicados os rácios de Transformação apresentados na referida instrução, uma vez que a política comercial do Banco não contempla a captura de Depósitos de Clientes.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2016 foi dada razão ao Banco no seu litígio contra a Autoridade Tributária e Aduaneira respeitante a comissões processadas entre os períodos de 2006 e 2009 (ver nota 13), tendo sido já rececionado o montante de 827 milhares de euros o qual será reconhecido em resultados no decorrer do exercício de 2016.

5. PERSPETIVAS FUTURAS

Depois de um ano de 2015 marcado por uma franca recuperação dos níveis de consumo, através de um aumento da confiança dos consumidores e, por consequência, da atividade de crédito ao consumo, em 2016 espera-se uma consolidação dos resultados obtidos em 2015.

O crescimento deverá ser bastante mais moderado e dependente da evolução do clima de confiança na sustentabilidade do crescimento mundial e das perspetivas dos mercados internacionais sobre as economias mais periféricas, como é o caso de Portugal.

No mercado Automóvel, responsável por 60% do crédito concedido em 2015 pelas entidades associadas da ASFAC, as perspetivas são igualmente moderadamente positivas, esperando o setor um aumento de cerca de 5% no número de vendas, fazendo o mercado aproximar-se da média anual de vendas registada na primeira década dos anos 2000.

Dado este contexto, o Banco definiu como eixos prioritários da sua estratégia os seguintes:

- O desenvolvimento da sua atividade comercial, designadamente através das parcerias com o Grupo Sonae em torno do Cartão Universo e com o Grupo CTT no quadro do lançamento da atividade comercial do Banco CTT, prevista para março de 2016.
- O reforço do serviço ao cliente, tirando partido de novas ferramentas desenvolvidas em 2015, como o novo *Homebanking*, a *App Mobile* e a *App E-credito*.
- Reforçar a sua política de crédito responsável e sustentável e contribuir para a melhoria da imagem do crédito ao consumo junto da opinião pública, designadamente através do respeito rigoroso da regulamentação em vigor.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta os bons resultados do exercício aqui apresentado, o facto de não existirem incrementos decorrentes da aplicação do justo valor e à solvabilidade confortável da Sociedade, o Conselho de Administração, nos termos da sua competência estatutária e da legislação aplicável propõe que ao montante do resultado líquido do exercício de 2015, de 38.692.115,93 euros, seja a seguinte aplicação:

- para Reserva Legal (10% do resultado líquido): 3 869 211,59 euros;
- para Distribuição de dividendos: 21 278 398,80 euros, correspondentes a 2,33€ (dois euros e trinta e três cêntimos) por ação;
- o Restante, no montante de 13 544 505,54€, para reforço de Resultados Transitados.

7. NOTAS FINAIS

Terminado que foi mais um ano de atividade, vem o Conselho de Administração do Banco expressar os seus agradecimentos:

- Aos colaboradores em Portugal pela dedicação e empenho demonstrados no desempenho das suas funções;
- À estrutura central situada em França e aos colegas de outras filiais pelo apoio e colaboração recebidos;
- Ao Conselho Fiscal e aos Auditores, pelo interesse e disponibilidade demonstrados;
- Às autoridades financeiras e de tutela por toda a colaboração prestada ao longo do exercício.

Uma palavra ainda de agradecimento aos nossos clientes e parceiros pela preferência com que nos distinguiram, ajudando-nos a construir e reforçar o Banco BNP Paribas Personal Finance em Portugal.

Lisboa, 09 de março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jean-Marie Bellafigliore, Presidente

Marie-Hélène Moreau Nollet, Vice-Presidente

Alain Van Groenendal, vogal

Jean Marc Pasquet, vogal

Serge Le Bolès, vogal

Susana Isabel Ribeiro da Silva Godinho Albuquerque Ferreira, vogal

8. BIBLIOGRAFIA

- *World Economic Outlook* de janeiro 2016 – Fundo Monetário Internacional
- *European Economic Forecast Autumn 2015* – Comissão Europeia;
- Boletim Económico outubro 2015 – Banco de Portugal;
- Boletim Económico janeiro 2016 – Banco de Portugal;
- Dados de Crédito ao Consumo ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado;
- Boletim Estatístico Mensal – Banco de Portugal;
- INE – Instituto Nacional de Estatística;
- *Eurostat*;
- Dados relativos à venda de viaturas ACAP – Associação Automóvel de Portugal.

A high-angle photograph of three business professionals in a meeting. A man in a dark suit and tie is pointing at a document on a table. A woman in a grey blazer is looking at a tablet. Another man in a grey suit is looking at the document. The scene is overlaid with a green semi-transparent shape containing the text '2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS'. In the bottom left, there are four green starburst graphics. In the bottom right, there is a small image of a hand holding a coffee cup over a desk with a smartphone and papers.

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco BNPP Personal Finance
Rua Tomás da Fonseca, G - 15º, 1600-209 Lisboa
Capital Social: 45.661.800,00 Eur
C.R.C. Lisboa n.º 02738
Pessoa Colectiva n.º 503016160

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO 2015

(Em Euros)

Rúbricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas/ Quadros anexos	ANO			ANO ANTERIOR 31-12-14	Rúbricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas/ Quadros anexos	ANO	ANO ANTERIOR 31-12-14
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor líquido 3=1-2					
ATIVO						PASSIVO			
10+3300	4	3 770 410		3 770 410	3 273	38-3311(1)-3410+5200+5211(1)+5318(1)			
11+3301	5	16 235 605		16 235 605	6 566 754	43(1)			
152(1)+1548(1)+158(1)+16+191(1)-3713(1)						43(1)			
152(1)+1548(1)+158(1)+17+191(1)-3713(1)						39-3311(1)-3411+5201+5211(1)+5318(1)	14	1 035 456 014	802 786 001
153+1548(1)+158(1)+18+192+34888(1)-35221(1)-3531(1)-53888(1)-3713(1)		-		-		40+41-3311(1)-3412-3413+5202+5203+5211(1)+5310+5311	15	2 442 995	3 111 757
13+150+158(1)+159(1)+198(1)+3303+3310(1)+34018(1)+3408(1)-350-3520-5210(1)-35221(1)-3531(1)-5300-53028(1)-3710	6	26 250 333		26 250 333	-	42-3311(1)-3414+5204+5211(1)+5312			
14+151+1540+158(1)+190+3304+3305+3310(1)+34008+340108+34880-3518-35211-35221-3531-370-3711-3712-5210(1)-53018-530208-53880	7, 8	1 266 797 369	(113 164 119)	1 153 633 250	978 120 961	46-3311(1)-3415+5205+5211(1)+5313			
156+158(1)+159(1)+22+3307+3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303						44			
155+158(1)+159(1)+20+3306+3310(1)+3408(1)-354-3523-3713(1)-5210(1)-5308(1)						45			
21						47			
25-3580-3713(1)	8, 9	657 502	(10 195)	647 307	609 005	490			
26-3581(1)-360(1)						491			
27-3581(1)-360(1)	10	19 523 178	(13 993 464)	5 529 714	3 740 859	481+/-489(1)-3311(1)-3416(1)+5206(1)+5211(1)+5314(1)			
29-3582-3583-361	8, 10	27 137 204	(22 606 820)	4 530 384	3 232 482	480+488+/-489(1)-3311(1)-3416(1)+5206(1)+5211(1)+5314(1)			
24-357-3713(1)		-	-	-	-	51-3311(1)-3417-3418+50(1)(2)+5207+5208+5211(1)+528+538-5388+5318(1)+54(1)(3)	16	57 399 350	44 153 887
300	11	2 306 258	-	2 306 258	-				
301	12	7 090 742	-	7 090 742	5 617 489				
12+157+158(1)+159(1)+198(1)+31+32+3302+3308+3310(1)+338+3408(1)+348(1)-3584-3525-371(1)+50(1)(2)-5210(1)-5304-5308(1)+54(1)(3)	13	29 119 898	-	29 119 898	18 123 647				
						60-602+61			
						63			
TOTAL DE ATIVO		1 398 888 499	(149 774 598)	1 249 113 901	1 016 014 470				
						TOTAL DE PASSIVO		1 113 650 251	875 407 607
						CAPITAL			
						Capital	17	45 661 800	45 661 800
						Prémios de emissão		11 237 516	11 237 516
						Outros instrumentos de capital			
						Ações próprias			
						Reservas de reavaliação			
						Outras reservas e resultados transitados		39 872 219	41 756 131
						Resultado do exercício		38 692 115	41 951 416
						Dividendos antecipados			
						TOTAL DE CAPITAL		135.463.650	140.606.863
						TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL		1 249 113 901	1 016 014 470

(1) Parte aplicável dos saldos destas rúbricas

(2) A rúbrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor

(3) Os saldos devedores das rúbricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Responsável pela Contabilidade

O Administrador

Banco BNPP Personal Finance

Demonstração do rendimento integral referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Expressas em euros)

		Notas / Quadros anexos	Ano	Ano anterior
79+80+8120	Juros e rendimentos similares	18	104 818 535	103 862 077
66+67+6820	Juros e encargos similares	19	(33 461 627)	(33 724 952)
	MARGEM FINANCEIRA		71 356 908	70 137 125
82	Rendimentos de instrumentos de capital	20	6	
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões	21	25 138 687	22 818 288
68-6820	Encargos com serviços e comissões	22	(1 033 927)	(1 001 488)
-692-693-695(1)-696(1)-698-69900- 69910+832+833+835(1)+836(1)+838+ 83900+83910	Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)			
-694+834	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)			
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	23	(8)	(93)
-691-697-699(1)-725(1)-726(1)+ 831+837+839(1)+843(1)+844(1)	Resultados de alienação de outros ativos	24	(230 762)	23 629 666
-695(1)-696(1)-69901-69911-75-720- 721-722-723-725(1)-726(1)-728+ 835(1)+836(1)+83901+83911+840+ 843(1)+844(1)+848	Outros resultados de exploração	25	11 670 675	8 597 426
	PRODUTO BANCÁRIO		106 901 579	124 180 924
70	Custos com o pessoal	26	(18 204 988)	(18 001 191)
71	Gastos gerais administrativos	27	(28 045 264)	(27 107 015)
77	Depreciações e amortizações	10	(3 369 633)	(2 662 638)
781+783+784+785+786+788-881-883- 884-885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	8	(2 271 145)	(1 436 859)
78000+78001+78010+78011+7820+7821+ 7822-88000-88001-88010-88011-8820- 8821-8822	Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	8	(674 586)	(11 217 196)
760+7620+7618+76211+76221+7623+ 7624+7625+7630+7641+765+766+ 78002(1)+78012(1)+7823+7828(1)-870- 8720-8718-87211-87221-8723-8724- 8726-8730-8741-875-876-88002(1)- 88012(1)-8823-8828(1)	Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações			
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)- 877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	8	567 928	577 567
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		54 903 891	64 333 592
65	Impostos	11	(17 685 030)	(23 480 622)
74+86	Correntes	12	1 473 254	1 098 446
	Diferidos			
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS		38 692 115	41 951 416
72600+7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		38 692 115	41 951 416
	Outro rendimento integral do Exercício			
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		38.692.115	41 951 416

Banco BNPP Personal Finance

Demonstração de alterações dos capitais próprios em 31 de dezembro de 2015
(Expressas em euros)

Notas	Capital	Ações	Outros	Prêmios de	Reservas	Outras	Resultados	Ajustamentos	Excedentes de	Outras	Resultado	Total
	realizado	(quotas)	instrumentos									
		próprias	de capital					financeiros	revalorização	no capital	período	
			próprio							próprio		
Posição 31-12-2013	45 661 800	-	-	11 237 516	23 101 439	-	15 228 143	-	-	-	32 193 482	127 422 381
Distribuição do Resultado do exercício de 2013												
Distribuições de dividendos e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28 766 934)	(28 766 934)
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	3 219 349	-	207 200	-	-	-	(3 426 549)	-
Transferência de prêmios de emissão para resultados transitados												
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	45 661 800	-	-	11 237 516	26 320 788	-	15 435 343	-	-	-	(32 193 483)	98 655 447
Resultado líquido do período												
Posição a 31-12-2014	45 661 800	-	-	11 237 516	26 320 788	-	15 435 344	-	-	-	41 951 416	140 606 863
Distribuição do Resultado do exercício de 2014												
Distribuições de dividendos	-	-	-	-	-	-	(6 079 054)	-	-	-	(37 756 274)	(43 835 328)
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	4 195 142	-	-	-	-	-	(4 195 142)	-
Transferência de prêmios de emissão para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	4 195 142	-	(6 079 054)	-	-	-	(41 951 416)	(43 835 328)
Resultado líquido do período												
Posição a 31-12-2015	45 661 800	-	-	11 237 516	30 515 929	-	9 356 289	-	-	-	38 692 115	135 463 650
Valor em balanço	45 661 800	-	-	11 237 516	30 515 929	-	9 356 290	-	-	-	38 692 115	135 463 650

O Responsável pela Contabilidade

A Administração

Banco BNP Paribas Personal Finance, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Juros e rendimentos recebidos	101 097 607	119 124 930
Juros e gastos pagos	(14 358 439)	(17 810 631)
Serviços e comissões recebidas	20 277 283	24 961 822
Serviços e comissões pagas	(24 001 746)	(16 935 388)
Recuperações de crédito e juros previamente abatidos	18 916 631	3 585 590
Pagamentos a empregados e fornecedores	(35 106 441)	(23 437 925)
	66 824 894	89 488 399
Varição nos Ativos Operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(26 250 000)	2 000 000
Crédito a clientes	(225 820 347)	(57 914 729)
Derivados ativos de negociação	-	-
Derivados ativos de cobertura	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	(678 546)	(272 665)
Outros ativos operacionais	21 380 943	28 682 268
Varição nos Passivos Operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	232 861 206	(4 764 197)
Recursos de clientes e empréstimos	(443 485)	147 140
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Passivos financeiros associados a ativos financeiros transferidos	-	-
Derivados passivos de negociação	-	-
Derivados passivos de cobertura	-	-
Outros Passivos operacionais	25 066 593	(2 086 902)
	26 116 365	(34 209 086)
Impostos sobre Lucros Pagos	(29 454 882)	(18 454 445)
	63 486 378	36 824 868
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de Investimentos em Filiais e Associadas	-	-
Dividendos recebidos e outros proveitos	-	-
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Aquisições de ativos intangíveis e outros ativos tangíveis	(6 220 535)	(3 062 329)
Alienações de ativos intangíveis e outros ativos tangíveis	5 475	3 025
	(6 215 060)	(3 059 304)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de Passivos Subordinados	-	-
Amortização de dívida titulada	-	-
Juros de dívida titulada	-	-
Aumento de Capital	-	-
Distribuição de dividendos	(43 835 329)	(28 766 934)
	(43 835 329)	(28 766 934)
Fluxos de caixa líquidos de atividades de financiamento		
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	-	-
	13 435 989	4 998 630
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	6 570 026	1 571 396
Caixa e seus equivalentes no Fim do Período	20 006 015	6 570 026
	13 435 989	4 998 630

O Responsável pela Contabilidade

A Administração

3 NOTA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2015 e de 2014

ASPETOS GERAIS

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., (Banco) é uma Instituição Financeira cuja atividade se encontra regulada pelo Decreto-lei n.º 298/92 de 31 de dezembro, com as devidas alterações aportadas pelos Decretos-lei 246/95 e 232/96, tendo sido criada em 30 de maio de 2003 por transformação da sociedade Cetelem SFAC, S.A. e incorporação da totalidade dos ativos, passivos e relações contratuais que constituíam o Banco Cetelem – Sucursal, S.A., estabelecimento em Portugal da Cetelem, S.A. (instituição de crédito de direito francês).

A Instituição tem a sua sede social na Rua Galileu Galilei, no n.º2, do 8.º piso, da Torre Ocidente, do Centro Colombo, em Lisboa e opera atualmente com duas delegações – Lisboa (Sede) e Gaia.

O Banco é especializado na concessão de crédito ao consumo, apesar dos seus estatutos lhe permitirem a realização de todas as atividades geralmente permitidas aos bancos. O seu capital social, de 45 661 800 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado e é representado por 9 132 360 ações ao portador de 5 Euro cada.

O acionista de referência é a casa-mãe do Grupo BNP Paribas Personal Finance, em França, o BNP Paribas Personal Finance, S.A., que, por sua vez, integra o Grupo BNP Paribas.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

Desde 1 de janeiro de 2006 que as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias previstas nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito à valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se passou a integrar, a partir de 2008, o conceito de imparidade, tal como definido no normativo IAS 39, através da aplicação da metodologia definida pelo Grupo para efeitos de apresentação das contas consolidadas.

NOTA 2 – PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contábilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O Banco classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efetuar a transação. Na data de transação ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efetuada a transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo;
- ou Técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efetuado ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.1 CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER

O crédito e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, acrescido das receitas e despesas associadas à contratação das operações de crédito, que são reconhecidas na proporção do registo dos respetivos juros.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A rubrica crédito a clientes reflete o capital ainda não vencido e o capital, juros e outros valores contidos nas prestações vencidas e não pagas. Estes últimos estão distribuídos por classes de risco que refletem o escalonamento temporal do capital, juros e outros valores vencidos, em função do período decorrido após o respetivo vencimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por pagar há mais tempo.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco.

O princípio contabilístico da especialização dos exercícios é seguido relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere aos juros contidos nas prestações de contratos de crédito e aos juros de financiamento obtido que são contabilizados como proveitos ou custos, respetivamente, à medida que vão sendo gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. No entanto, sempre que uma operação ativa se encontra vencida há mais de 3 meses, procede-se à anulação dos respetivos juros, os quais só serão considerados proveitos no momento em que forem efetivamente recebidos.

IMPARIDADE ASSOCIADA AO CRÉDITO A CLIENTES

Conforme referido na nota 1, desde 2008 que o Banco passou a considerar nas suas contas locais o diferencial positivo existente entre o valor das perdas potenciais por imparidade, determinadas de acordo com a metodologia definida pelo Grupo para efeitos de preparação das contas consolidadas, de acordo com o definido na IAS 39 e o valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo Aviso 3/95.

A 31 de dezembro de 2015, a imparidade de crédito a clientes determinada de acordo com a metodologia definida pelo Grupo, em aplicação da norma IAS 39, não apresenta qualquer necessidade adicional face ao valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo aviso 3/95 do Banco de Portugal, situação idêntica à ocorrida em dezembro de 2014.

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo prevê a realização de análises de imparidade de forma individual para ativos financeiros relativamente aos quais se considera que o valor agregado da exposição é individualmente significativo e, de forma coletiva, para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo.

Dadas as características da carteira de crédito do Banco, apenas são efetuadas análises individuais relativamente ao crédito concedido a parceiros de negócio, sendo a restante carteira, referente a crédito de pequenos montantes concedido maioritariamente a particulares, analisada numa base coletiva.

Para os ativos analisados coletivamente, o Grupo identifica segmentos de negócio relativamente aos quais estima os fluxos de caixa futuros com base na análise histórica do comportamento de carteiras com características semelhantes, sendo posteriormente atualizados à taxa de juro contratual.

A metodologia utilizada pelo Grupo para determinação das perdas por imparidade associadas ao crédito utiliza pressupostos determinados com base na experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, o Banco considera que a metodologia utilizada reflete de forma adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

2.1.3 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou

outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os Outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados.

2.3 ATIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio oficial, divulgada pelo Banco de Portugal, em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

O Banco, não possui no seu ativo ou passivo elementos em moeda estrangeira.

2.4 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.5 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos, em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica custos de aquisição de sistemas informáticos, assim como os custos necessários à sua implementação, custos com registo de marcas e direitos de ingresso, quando o impacto esperado se repercute além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período entre 3 a 5 anos para o *software* e despesas de desenvolvimento. No caso dos custos com o registo de marcas, pelo período pelo qual a Gestão estima que a marca será utilizada (entre os 5 e os 10 anos).

Os custos plurianuais referem-se a encargos com o desenvolvimento de projetos e são diferidos para períodos contabilísticos futuros, sendo amortizados em função da vida útil esperada do projeto.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.7 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis são ativos utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Com exceção do imobilizado em curso, que será amortizável apenas a partir da sua entrada em funcionamento, todos os bens são amortizados por duodécimos, pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais previstas no Decreto Regulamentar 25/2009 durante os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	N.º Anos
Obras em edifícios arrendados	4 - 10
Instalações interiores	4 - 10
Mobiliário e Material	8 - 10
Máquinas e Ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Material de transporte	4
Outros	8

2.8 LOCAÇÃO FINANCEIRA

A contabilização de um contrato de locação é efetuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

a) Como locador:

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em rendimentos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

b) Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo, na rubrica "Outros ativos tangíveis" por contrapartida da rubrica "Outros passivos", pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. Os outros ativos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.7.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em gastos e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzido à rubrica Contas de regularização do passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

2.9 ATIVOS RECEBIDOS POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A política do Banco para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Os ativos recebidos por recuperação de créditos são classificados na rubrica de ativos não correntes detidos para venda, uma vez que cumpram com os seguintes critérios:

- Existência de um plano de venda;
- Ativo estar disponível para venda imediata;
- A venda ser altamente provável;
- O preço de venda ser coerente com os preços de mercado;
- E, ser expectável que a venda seja completada no prazo de um ano.

Estes ativos são inicialmente registados pelo menor valor de entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação.

Subsequentemente, estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade e são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos assim determinados são registadas em resultados e poderão ser revertidas perdas de imparidade até à extensão em que foram reconhecidas anteriormente.

2.10 PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando o Banco (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.11 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A sociedade não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do setor bancário pelo que, a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo Sistema de Segurança Social.

O bônus a empregados atribuídos pelo Banco é contabilizado em resultados no exercício a que respeita.

2.12 FISCALIDADE

A Instituição está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e correspondente Derrama, bem como à contribuição extraordinária sobre o setor bancário.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente. Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

2.13 RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos dos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.14 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior 3 meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.15 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores, incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

a) Imparidade para crédito a clientes

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar a necessidade de reforço da imparidade associada ao crédito a clientes, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis, incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

b) Impostos sobre lucros

O Banco reconheceu impostos diferidos ativos no pressuposto da existência de matéria coletável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2015, a taxa de imposto utilizada para efeitos de apuramento de impostos diferidos foi de 22,5% (21% de IRC acrescido de 1,5% de Derrama Municipal). Não foi considerada derrama estadual, por não se entender como provável a atribuição das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

c) Justo valor de ativos financeiros não cotados

O justo valor de ativos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado. Os resultados alcançados com este modelo dependem dos pressupostos utilizados.

2.16 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.16.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

NOTA 3 – INFORMAÇÃO REQUERIDA PELA CARTA CIRCULAR N.º02/2014/DSP DO BANCO DE PORTUGAL

DIVULGAÇÕES QUALITATIVAS:

3.1 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO (INCLUINDO GESTÃO DO RISCO DE CONCENTRAÇÃO)

As regras de cálculo da imparidade do Banco são definidas a nível Central pelo Grupo BNP Paribas Personal Finance (adiante designado "Grupo") e a aprovação do mesmo assegurado por ambos os Diretores Executivos Funcionais (CRO - Risco e CFIO - Financeiro).

O processo de cálculo de imparidade e de atualização da metodologia do provisionamento económico é realizado e validado pela Direção de Risco, sendo posteriormente assegurado um controlo de 2.º nível pela Direção Financeira relativamente à coerência e resultados obtidos. De referir que os Diretores destas duas áreas, ambos membros do Comité Executivo do Banco, validam igualmente os resultados obtidos.

Os resultados do cálculo da imparidade e respetiva análise de desvios são ainda apresentados e discutidos mensalmente em Comité Executivo e trimestralmente nos Conselhos de Administração do Banco.

No que respeita à gestão do Risco de Concentração de crédito, o Grupo BNP Paribas não considera que este deva ser analisado ou definido como um novo tipo de risco, mas antes como uma forma específica de considerar um determinado risco. Assim, a concentração é geralmente um efeito de segunda ordem que deve ser colocado em perspetiva com os fatores de risco primários, ou seja, probabilidade de ocorrência e gravidade.

O Grupo está organizado por linhas de negócio, sendo que cada linha de negócio gere um conjunto de entidades em setores específicos e nos países onde opera e exerce a sua atividade. Tendo em conta o grau de concentração e o tipo de atividade de cada entidade, o nível de concentração/diversificação deve ser analisado ao nível do Grupo.

Desta forma, o Grupo determina que o risco de concentração não deve ser estudado de forma isolada, mas antes como um eixo de análise suplementar a partir dos principais fatores de risco.

Não obstante e com o intuito de responder ao solicitado na Instrução 5/2011 do Banco de Portugal, o Banco efetua anualmente uma análise ao risco de concentração de crédito, análise esta levada a cabo pelo Departamento *Economic Risks Anticipation*, departamento que reporta hierarquicamente à Direção de Risco da entidade.

3.2 POLÍTICA DE *WRITE-OFF* DE CRÉDITOS

A atual política do Banco consiste na não anulação contabilística de créditos (*Write-off*).

3.3 POLÍTICA DE REVERSÃO DE IMPARIDADE

No caso dos ativos financeiros sujeitos a análise individual (crédito a parceiros de negócio), poderá existir uma reversão de imparidade sempre que os indícios de imparidade assim o justifiquem. No caso do crédito a clientes, a análise é efetuada por grupos homogêneos de ativos, pelo que a reversão de imparidade está refletida num montante global de provisionamento e não especificamente para cada contrato de crédito.

3.4 POLÍTICA DE CONVERSÃO DE DÍVIDA EM CAPITAL DO DEVEDOR (SE APLICÁVEL)

Não Aplicável.

3.5 DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS DE REESTRUTURAÇÃO APLICADAS E RESPECTIVOS RISCOS ASSOCIADOS, BEM COMO OS MECANISMOS DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DOS MESMOS

São realizadas pela instituição reestruturações de dívida (RED) relacionadas com dificuldades financeiras do devedor. Estas reestruturações são feitas na atividade de recuperação de crédito, uma vez que a existência de pelo menos um incumprimento é uma das condições para a sua execução. O procedimento da realização de RED's define com grande detalhe as regras para a sua realização. Para efeitos de cálculo de provisões, a RED é tida como um segmento independente, para o qual são calculados especificamente indicadores de PD e LGD, adequados ao historial desta tipologia de crédito. A metodologia utilizada para o cálculo dos coeficientes de provisionamento é idêntica à metodologia descrita para a restante carteira de crédito, com a particularidade de ter uma provisão para toda a carteira (incluindo carteira sã).

O adiamento de mensalidades para o final do contrato clássico é também considerado como reestruturação de dívida. Nestes casos, o contrato mantém o segmento de negócio original mas com uma taxa de risco mais degradada.

3.6 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DE GESTÃO DE COLATERAIS

A avaliação e gestão de colaterais não se adequam ao processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito e razoabilidade da imparidade individual e coletiva. No setor Automóvel o Banco trabalha com a reserva de propriedade e a viatura como colateral. Contudo, a valorização destes colaterais não é utilizada para efeitos de cálculo de imparidade por se considerar que existe risco de sub-provisionamento

relacionado com a incerteza relativamente à deterioração dos veículos.

3.7 NATUREZA DOS PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E HIPÓTESES UTILIZADOS NA DETERMINAÇÃO DA IMPARIDADE

Não existem julgamentos ou pressupostos utilizados no cálculo da imparidade. Este cálculo baseia-se no real constatado com base em observações históricas.

3.8 DESCRIÇÃO DAS METODOLOGIAS DE CÁLCULO DA IMPARIDADE, INCLUINDO A FORMA COMO OS PORTEFÓLIOS SÃO SEGMENTADOS PARA REFLETIR AS DIFERENTES CARACTERÍSTICAS DOS CRÉDITOS

A metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo prevê a realização de análises de imparidade de forma individual para ativos financeiros relativamente aos quais se considera que o valor agregado da exposição é individualmente significativo e, de forma coletiva, para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo.

A carteira de crédito concedida a parceiros de negócio é objeto de uma análise específica de imparidade. Os ativos respetivos são, portanto, avaliados de forma individual no sentido de apurar a respetiva imparidade. São também alvo de análise individual de imparidade os contratos de crédito concedidos a particulares sobre os quais foram detetados fortes indícios de práticas não conforme com a política de risco do Banco (exemplo: fraude) e que, por esse motivo, não puderam ser integrados em grupos homogêneos de ativos com características de risco similares, cuja imparidade pudesse ser analisada de forma coletiva.

Para a restante carteira de crédito concedido, considerou-se o estudo de provisionamento económico efetuado de acordo com as normas do Grupo, que se baseia nos seguintes princípios:

Princípio 1: De acordo com a metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo, a carteira de crédito em incumprimento é composta pela componente vencida e não paga e pela componente vincenda desse mesmo contrato de crédito.

Princípio 2: Nesta carteira reconhecemos a componente de juros e penalidades anuladas.

Estes dois princípios representam uma diferença importante, quando comparada a carteira de crédito definida pelo Grupo (carteira económica) e a carteira de crédito definida de acordo com as regras do Banco de Portugal (carteira contabilística).

3.9 INDICAÇÃO DOS INDÍCIOS DE IMPARIDADE POR SEGMENTOS DE CRÉDITO

Todo o evento suscetível de reduzir a rentabilidade dum contrato de crédito face ao que estava previsto originalmente deve ser objeto duma provisão.

Tem evidência objetiva de imparidade qualquer contrato que esteja, pelo menos, numa de entre as três seguintes condições:

- 1) Contrato em incumprimento, isto é, que tenha pelo menos uma mensalidade não paga;
- 2) Contrato clássico com facilidades de pagamento, isto é, transferência para o final do contrato de uma ou mais mensalidades não pagas;
- 3) Produto que tenha sido alvo de reestruturação de dívida (RED).

Para efeitos de cálculo de coeficientes de provisionamento, é realizada uma segmentação por grupos homogêneos de créditos com características de produção semelhantes. Numa primeira segmentação, a carteira de crédito é repartida por setor de negócio e, numa segunda segmentação, a carteira de créditos de cada um destes setores de negócio é repartida pelos diferentes níveis de incumprimento.

3.10 INDICAÇÃO DOS LIMIARES DEFINIDOS PARA ANÁLISE INDIVIDUAL

Todo o crédito concedido a parceiros de negócio é alvo de análise individual. A decisão de crédito é inicialmente tomada pela gestão (dentro dos níveis de competência atribuídos) e validada pelas equipas de risco (a nível local, regional ou central do Grupo), em conformidade com a grelha de competências em vigor.

Em caso de desacordo entre a gestão e a equipa de risco, utiliza-se o processo de escalada entre os vários níveis para a tomada de decisão.

O processo de constituição e manutenção das provisões afetas a este tipo de crédito tem por base uma análise individualizada da situação do parceiro feita pela equipa de risco local e segue o mesmo processo de delegação de poderes, em conformidade com as grelhas de competência em vigor.

3.11 POLÍTICA RELATIVA AOS GRAUS DE RISCO INTERNOS, ESPECIFICANDO O TRATAMENTO DADO A UM MUTUÁRIO CLASSIFICADO COMO EM INCUMPRIMENTO

As notações de risco interno baseiam-se em modelos discriminantes que têm na sua base critérios de atraso assentes na probabilidade de transmissão a contencioso.

Também a metodologia de cálculo de imparidade utiliza a probabilidade de transmissão a contencioso como a base de cálculo da taxa de perdas a termo dum contrato de crédito.

Desta forma, podemos assumir que existe uma relação direta entre os graus de risco interno e os coeficientes de provisionamento utilizados de acordo com a metodologia de cálculo de imparidade.

3.12 DESCRIÇÃO GENÉRICA DA FORMA DE CÁLCULO DO VALOR ATUAL DOS FLUXOS DE CAIXA FUTUROS NO APURAMENTO DAS PERDAS DE IMPARIDADE AVALIADAS INDIVIDUALMENTE E COLETIVAMENTE

Para efeitos de cálculo da percentagem de encaixe em Contencioso, procede-se à análise histórica dos pagamentos obtidos em Contencioso por geração de transmissão. Desta forma e com o objetivo de determinar uma taxa de perdas estimada após o período de tratamento em contencioso, é calculada uma percentagem média ponderada dos últimos 3 anos (12 trimestres) de encaixe/ recebimentos em Contencioso. Os *cash-flows* de encaixes futuros são atualizados à taxa anual nominal média dos

contratos que se encontram em contencioso, para o cálculo da taxa de perdas da carteira em contencioso, ou à taxa anual nominal média dos contratos que ainda não se encontram em contencioso, para o cálculo da taxa de perdas das novas transmissões a contencioso, respetivamente.

No caso de ocorrência de uma venda de carteira em contencioso, a metodologia foi adaptada no sentido de não alterar as respetivas crónicas de encaixe. Para a previsão da taxa de perdas dos contratos transmitidos a contencioso após a venda, são incorporados os perfis de encaixe da carteira vendida. Esses perfis são reais até ao momento da venda e são estimados tendo como base o preço de venda para os momentos pós-venda.

3.13 DESCRIÇÃO DO(S) PERÍODO(S) EMERGENTE(S) UTILIZADO(S) PARA OS DIFERENTES SEGMENTOS E JUSTIFICAÇÃO DA SUA ADEQUAÇÃO

Se uma mensalidade entra em incumprimento, passa no imediato a ser alvo de tratamento e de provisionamento.

3.14 DESCRIÇÃO DETALHADA DO CUSTO ASSOCIADO AO RISCO DE CRÉDITO, INCLUINDO DIVULGAÇÃO DAS PD, EAD, LGD E TAXAS DE CURA

A descrição detalhada encontra-se no quadro j) da Nota 31 do anexo às contas.

3.15 CONCLUSÕES SOBRE AS ANÁLISES DE SENSIBILIDADE AO MONTANTE DE IMPARIDADE E ALTERAÇÕES NOS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS

Ao abrigo da Carta Circular do Banco de Portugal de 27/01/2016 relativa à Instrução N.º 4/2011 - Testes de Esforço - ISENÇÃO da OBRIGAÇÃO de REPORTE relativa a 31-12-2015 e 30-06-2016, não se apresentam resultados das análises de sensibilidade ao montante de imparidade com data de referência a 31 de dezembro 2015.

A isenção do reporte não invalida a continuidade do respetivo cálculo, pelo que o último exercício realizado foi para a carteira com referência a 30 de junho de 2015, em que os impactos calculados não colocam em questão o mínimo de solvabilidade de 8%.

NOTA 4 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Fundos de caixa	1 500	1 000
Caixa- Agências	4 567	2 273
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	3 764 343	-
TOTAL	3 770 410	3 273

Criação, em 2015, de um depósito no Banco de Portugal para cumprir com os mínimos definidos relativamente ao Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) do Banco.

NOTA 5 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Instituições de crédito no país		
BNP Paribas	12 375 915	2 667 299
Outras Instituições de crédito	3 859 690	3 899 455
TOTAL	16 235 605	6 566 754

NOTA 6 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Depósitos a prazo	26 250 000	-
Juros Depósitos a Prazo	333	-
TOTAL	26 250 333	-

A aplicação a prazo deve-se à necessidade de dar cumprimento aos mínimos definidos relativamente ao Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) do Banco.

NOTA 7 – CRÉDITO A CLIENTES

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Crédito interno		
Empresas		
- Crédito clássico	45 075 097	37 474 955
- Locação financeira	34 999 749	36 571 843
- Aluguer financeiro	10 551 684	10 029 979
- Contas correntes	23 356 105	20 661 952
SUB-TOTAL EMPRESAS	113 982 634	104 738 729
Particulares		
- Habitação	1 081 003	1 216 929
- Crédito clássico	656 115 463	531 674 331
- Locação financeira	37 854 117	35 986 869
- Aluguer financeiro	15 718 248	16 464 902
- Contas correntes	291 121 163	260 477 645
SUB-TOTAL PARTICULARES	1 001 889 994	845 820 676
TOTAL DE CRÉDITO INTERNO	1 115 872 628	950 559 404
Crédito e juros vencidos		
- Menos de 90 dias	3 869 229	3 803 239
- Mais de 90 dias	109 153 719	112 080 580
SUB-TOTAL	113 022 948	115 883 819
Despesas e Receitas com encargo diferido		
- Despesas com encargo diferido	38 883 462	25 561 887
- Juros a receber de clientes	7 274 274	6 773 618
- Receitas com rendimento diferido	(8 255 943)	(7 064 266)
SUB-TOTAL	37 901 793	25 271 239
TOTAL BRUTO DE CRÉDITO A CLIENTES	1 266 797 369	1 091 714 462
Provisão p- crédito vencido e cobrança duvidosa		
- Para crédito de cobrança duvidosa	(9 082 214)	(8 904 537)
- Para crédito vencido	(104 081 905)	(104 688 964)
SUB-TOTAL	(113 164 119)	(113 593 501)
TOTAL LÍQUIDO DE CRÉDITO A CLIENTES	1 153 633 250	978 120 961

A rubrica Crédito Interno é constituída por contratos de crédito Lar (eletrodomésticos, móveis), Crédito Automóvel, Crédito Pessoal (para melhoramento do lar e outros fins), contratos de locação financeira e aluguer financeiro e crédito em contas correntes.

A rubrica Crédito e Juros vencidos refere-se aos valores de capital e juros e outras despesas relativas a prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos (gestão contenciosa).

Os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias são anulados, sendo reconhecidos apenas no momento em que sejam efetivamente recebidos.

A cobertura relativa do crédito e juros vencidos por provisões para crédito vencido, em dezembro de 2015, é de 92% (90% em dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015 não foi registada uma dotação adicional a título de imparidade associada ao risco de crédito, calculada de acordo com as normas do Grupo, uma vez que esta se apresenta inferior às provisões calculadas com base nas normas do Banco de Portugal (ver nota 31).

O movimento ocorrido nas provisões entre 31 de dezembro de 2014 e de 2015 é apresentado na Nota 8 - Provisões e Imparidade.

A exposição de crédito vincendo por duração residual apresenta-se com a seguinte repartição:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Crédito Interno		
Até 3 meses	100 960 698	89 663 368
De 3 meses a 1 ano	200 693 722	175 268 808
De 1 ano a 5 anos	461 143 822	387 375 139
Mais de 5 anos	61 953 223	37 774 444
Duração indeterminada (Crédito em conta corrente)	291 121 163	260 477 645
TOTAL	1 115 872 628	950 559 404

O Crédito e juros vencidos apresentam a seguinte repartição por classes de atraso:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	3 869 229	3 803 239
De 3 meses a 1 ano	11 423 882	16 087 155
Mais de 12 meses	97 729 837	95 993 425
TOTAL	1 113 022 948	115 883 819

NOTA 8 – PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido em Imparidade e Provisões entre 31-12-2014 e 31-12-2015 foi o seguinte:

	valores em EUR					31-12-2015
	31-12-2014	Constituições Reforços	Reposições Anulações	Utilizações	Transferências e outros	
Provisões						
Para Riscos Gerais de Crédito	13 720 064	2 369 309	(47 267)		-	16 042 106
Outros riscos e encargos	2 360 684	217 622	(268 519)		-	2 309 786
SUB-TOTAL PROVISÕES	16 080 747	2 586 931	(315 786)	-	-	18 351 892
Imparidade de ativos financeiros						
Imparidade de crédito a Clientes	113 593 501	2 800 977	(2 126 392)	(1 103 968)		113 164 119
Para crédito e juros vencidos	104 688 964	805 534	(308 625)	(1 103 968)		104 081 904
Para crédito de cobrança duvidosa	8 904 537	1 995 444	(1 817 767)			9 082 215
Imparidade de ativos não correntes						
detidos para venda	73 643	54 359	(117 807)	-	-	10 195
Imparidade de ativos intangíveis	672 640		(504 480)	-	-	168 160
SUB-TOTAL IMPARIDADE	114 339 785	2 855 337	(2 748 679)	(1 103 968)	-	113 342 474
TOTAL	130 420 532	5 442 268	(3 064 466)	(1 103 968)	-	131 694 366

Em 31 de dezembro de 2015 não foi registada qualquer dotação adicional a título de imparidade associada ao risco de crédito, calculada de acordo com as normas do Grupo, uma vez que esta se apresenta inferior às provisões calculadas com base nas normas do Banco de Portugal (similar a dezembro 2014).

NOTA 9 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que se segue:

	valores em EUR			
	31-12-2015			31-12-2014
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos- viaturas recuperadas	149 898	(8 996)	140 902	102 599
Imóveis	507 604	(1 198)	506 406	506 406
TOTAL	657 502	(10 195)	647 307	609 005

NOTA 10 – ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Movimentos ocorridos nas rubricas do imobilizado e respetivos saldos entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015:

	31-12-2014			Movimentos		Abates		Amortização	Imparidade	31-12-2015			
	Valor Bruto	Amort Acum	Imparidade	Aquisições	Transfer	Valor Bruto	Am Acum	Período	Período	Valor Bruto	Amort Acum	Imparidade	Valor Líquido
Outros Ativos Tangíveis													
Obras em Imóveis Arrendados	7 175 985	(5 010 172)		12 746	2 433 413	(2 834 367)	2 834 367	(1 113 732)		6 787 777	(3 289 538)		3 498 239
Equipamento:													
Mobiliário e material	1 815 387	(1 598 362)		220 797	59 419	(625 365)	622 639	(79 812)		1 470 238	(1 055 534)		414 703
Máquinas e ferramentas	932 786	(901 102)		752	107 270	-	-	(27 206)		1 040 809	(928 307)		112 501
Equipamento informático	7 808 162	(7 006 832)		493 785	189 599	(1 108 688)	1 108 688	(493 102)		7 382 857	(6 391 246)		991 610
Instalações interiores	2 111 140	(1 974 750)		-	-	(384 585)	384 549	(58 568)		1 726 554	(1 648 768)		77 786
Material de transporte	-	-		-	-	-	-	-		-	-		-
Equipamento de segurança	645 190	(566 856)		-	32 923	-	-	(48 886)		678 113	(615 742)		62 371
Outros ativos	33 537	(33 537)		-	-	-	-	-		33 537	(33 537)		0
Imóveis em regime de locação financeira	171 062	(28 225)		-	-	-	-	(2 566)		171 062	(30 791)		140 271
Imobilizado em curso	167 445	-		2 876 833	(2 812 046)	-	-	-		232 231	-		232 232
	20 860 693	(17 119 835)	-	3 604 912	10 578	(4 953 006)	4 950 244	(1 823 873)	-	19 523 178	(13 993 464)	-	5 529 714
Ativos Intangíveis													
Despesas de estabelecimento	0	-		-	-	-	-	-		0	-		0
Despesas de invest e desenvolvimento	0	-		-	-	-	-	-		27 137 204	-		0
Marcas e patentes	1 986	(1 986)		-	-	-	-	-		1 986	(1 986)		(0)
Custos plurianuais	8 433 832	(7 347 332)		-	-	-	-	(246 000)		8 433 832	(7 593 332)		840 500
Sist Tratam Aut Dados	15 326 483	(13 543 583)	(672 640)	(4 133)	2 591 373	-	-	(1 299 761)	504 480	17 913 722	(14 843 344)	(168 159)	2 902 220
Imobilizado em curso	1 035 723	-	-	2 353 892	(2 601 950)	-	-	-		787 664	-	-	787 664
	24 798 023	(20 892 901)	(672 640)	2 349 758	(10 578)	-	-	(1 545 761)	504 480	27 137 204	(22 438 661)	(168 159)	4 530 384
ATIVO IMOBILIZADO	45 658 717	(38 012 736)	(672 640)	5 954 671	-	(4 953 006)	4 950 244	(3 369 633)	504 480	46 660 382	(36 432 125)	(168 159)	10 060 098

O valor de abates registado no período referente a obras em imóveis arrendados, mobiliário e material e instalações interiores, são resultado da mudança de instalações ocorrida no período.

NOTA 11 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

CORRENTES

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Imposto corrente sobre os lucros (1+2+3+4)	17 685 030	23 480 622
Imposto sobre os lucros do exercício (1)	17 721 430	23 146 147
Contribuição do setor bancário (2)	719 095	612 441
Excesso-insuficiência de estimativa de imposto s- lucros (3)	(567 116)	(181 664)
Correcções de liquidações fiscais (4)	(188 378)	(96 301)
Pagamentos por conta (5)	(20 027 688)	(13 870 932)
Retenções na fonte por terceiros (6)	-	-
IRC a pagar (1-5-6)	-	9 275 215
IRC a recuperar (1-5-6)	(2 306 258)	-
Resultado antes de Imposto	54 903 891	64 333 592
TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	32,21%	36,50%

O imposto sobre o rendimento do período, apurado com referência a 31 de dezembro de 2014, ascendia a 23 146 147 Euros, dos quais 13 870 932 Euros foram liquidados através de pagamentos por conta. Como resultado apurou-se 9 275 215 Euros de imposto a pagar. Esta estimativa apresentou um excesso, face ao montante efetivamente pago de 567 116 Euros, o qual foi de 8 708 099 Euros.

Em dezembro 2015 foi apurado um valor a receber de 2 306 258 Euros em resultado dos pagamentos por conta efetuados serem superiores ao valor estimado de IRC.

A rubrica "Correcções de liquidações Fiscais", a 31 de dezembro de 2014 e 2015, evidencia um reembolso de imposto relativo a IRC de 1995 a 2000 da sociedade ex-Credifin.

A taxa efetiva de imposto ascende a 32,21% em dezembro de 2015 (36,50% em dezembro de 2014).

NOTA 12 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2014 e de 2015 é como segue:

valores em EUR			
BASE DE IMPOSTO DIFERIDO	Base 31-12-2014	Acrésc - Deduções fiscais de 2015	Base 31-12-2015
Ativo			
Provisões específicas para crédito	1 324 766	754 776	2 079 542
Provisões p- Riscos Gerais de Crédito	13 308 197	2 322 042	15 630 239
Outras Provisões Tributadas	8 743 135	3 999 966	12 743 101
Outras Provisões p- Riscos e encargos	1 590 519	(528 990)	1 061 529
TOTAL	24 966 617	6 547 794	31 514 410

Os valores de ativos por impostos diferidos (no montante de 7 090 742 euros) são calculados, fundamentalmente, sobre provisões constituídas não aceites fiscalmente.

valores em EUR			
IMPOSTO DIFERIDO	Imposto Diferido 31-12-2014	Reconhecimento Exercício 2015	Imposto Diferido 31-12-2015
Ativo			
Provisões específicas para crédito	298 072	169 825	467 897
Provisões p- Riscos Gerais de Crédito	2 994 345	522 458	3 516 804
Outras Provisões Tributadas	1 967 205	899 993	2 867 198
Outras Provisões p- Riscos e encargos	357 867	(119 023)	238 844
TOTAL	5 617 489	1 473 254	7 090 742

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2015, a taxa de imposto utilizada para efeitos de apuramento de impostos diferidos foi de 22,5% (21% de IRC acrescido de 1,5% de Derrama Municipal). Não foi considerada derrama estadual, por não se entender como provável a atribuição das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2014 e de 2015 é como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Outros Devedores		
- Clientes c-c	11 150 240	4 651 792
- Adiantamentos a advogados e agentes de execução	1 003 233	544 834
- Setor Público Administrativo	858 146	858 473
- Seguros de crédito e outros	259 942	241 419
- Devedores diversos	1 488 458	2 833 918
SUB-TOTAL	14 760 019	9 130 436
Outros Rendimentos a receber		
- Comissões de intermediação de seguros	5 941 383	4 356 906
- Gestão de cartões Fidelização	682 330	628 724
- Outros	719 607	52 256
SUB-TOTAL	7 343 320	5 037 886
Despesas com encargo diferido		
- Contratos de manutenção pagos	800 698	487 169
- Rendas a alugueres	156 837	133 674
- Outros	27 114	26 050
SUB-TOTAL	984 649	646 893
Outras contas de regularização		
- Valores cobrados- créditos a imputar	1 068 422	40 228
- Despesas de dossier a cobrar de clientes	319 772	334 766
- Impostos a Receber	185 473	1 030 387
- Outras operações a regularizar	4 458 243	1 903 051
SUB-TOTAL	6 031 910	3 308 432
TOTAL	29 119 898	18 123 647

A rubrica "Clientes c/c" compreende, nomeadamente, contas correntes com parceiros de negócio por serviços prestados pelo Banco.

A rubrica "Adiantamentos a advogados e agentes de execução" diz respeito aos adiantamentos feitos à rede de advogados dedicada à recuperação de créditos pela via Judicial.

O montante de 858 146 Euros (dezembro de 2014: 858 473 Euros), evidenciado na rubrica "Setor Público Administrativo", refere-se na sua maioria a um valor reclamado junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, respeitante a comissões processadas entre os períodos de 2006 e 2009 e cuja fiscalidade aplicada foi considerada incorreta. A 31 de dezembro 2015, o valor reclamado encontra-se provisionado integralmente.

A rubrica "Seguros de crédito e outros" respeita aos valores que se encontram em atraso de pagamento relativos ao financiamento do seguro de crédito.

A rubrica "Devedores Diversos" compreende, nomeadamente, os pré-financiamentos a parceiros de negócio entretanto anulados e já faturados.

A rubrica de "Comissões de intermediação de seguros" respeita a comissões e valores

de participação nos resultados a receber das companhias de seguros com quem a sociedade opera.

Em dezembro de 2015, o saldo da rubrica "Gestão de cartões" respeita a custos com a emissão e gestão de cartões de fidelidade faturados a parceiros de negócio.

A rubrica "Despesas com encargo diferido" compreende, nomeadamente, a especialização de contratos.

O saldo de "Valores cobrados - créditos a imputar" respeita a recebimentos de clientes, ainda não imputados aos respetivos dossiers.

O saldo da rubrica "Impostos a receber" integrava, a 31 de dezembro de 2014, 861 mil euros relativos aos valores que o Banco espera vir a receber no seguimento da impugnação judicial das liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal na sequência de inspeções fiscais sobre os exercícios de 1997, 1998 e 1999. Em 2015, o valor reclamado foi recebido encontrando-se somente a aguardar o recebimento de juros de mora no valor estimado de 500 mil euros, o qual se encontra registado na rubrica de Outros rendimentos a receber.

NOTA 14 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2014 e de 2015 é como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Recursos de instituições de crédito no país		
Empréstimos de curto prazo	30 000 000	-
Outros recursos de instituições de crédito	51 206	-
SUB-TOTAL	30 051 206	-
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Empréstimos a curto prazo	471 410 000	376 120 000
Empréstimos a médio-longo prazo	532 867 000	425 347 000
SUB-TOTAL	1 004 277 000	801 467 000
TOTAL RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	1 034 328 206	801 467 000
Encargos a pagar- Juros e encargos similares		
Juros e encargos de Outras Instituições de crédito	1 127 808	1 319 001
SUB-TOTAL	1 127 808	1 319 001
TOTAL	1 035 456 014	802 786 001

O saldo da conta "Recursos de instituições de crédito no país - Empréstimos de curto prazo" corresponde a tomadas de fundos de muito curto prazo.

O saldo da conta "Recursos de instituições de crédito no país - outros recursos" corresponde a saldos credores de contas de depósitos à ordem.

O saldo de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro" corresponde a financiamentos obtidos diretamente junto do BNP Paribas em França.

A sua decomposição por prazos residuais de vencimento é como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Até 3 meses	180 156 206	123 199 000
De 3 meses a 1 ano	321 305 000	252 921 000
De 1 ano a 5 anos	516 246 000	397 341 000
Mais de 5 anos	16 621 000	28 006 000
TOTAL	1 034 328 206	801 467 000

NOTA 15 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresentava a seguinte estrutura a 31 de dezembro de 2014 e de 2015:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Recursos de Clientes e Outros Recursos		
Cauções em contratos de aluguer e outros	2 442 995	3 111 757
TOTAL	2 442 995	3 111 757

A decomposição dos recursos de Clientes por prazos residuais é como se segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Até 3 meses	13 067	140 994
De 3 meses a 1 ano	353 987	370 616
De 1 ano a 5 anos	1 584 711	1 591 067
Mais de 5 anos	491 231	1 009 080
TOTAL	2 442 995	3 111 757

Esta rubrica é composta por cauções de clientes.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 esta rubrica apresentava as seguintes componentes:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Credores diversos		
Credores diversos- Clientes	9 874 566	12 887 766
Credores diversos- Angariadores	3 710 254	2 200 640
Fornecedores diversos	2 157 190	1 243 335
Credores diversos- Seguradoras	2 051 933	2 061 437
Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária	927 873	1 512 182
Outros	2 625	14 214
SUB-TOTAL	18 724 441	19 919 574
Setor Público Administrativo		
Imposto de selo	949 866	768 462
IVA a pagar	840 443	488 391
Contribuições para a Seg Social	330 833	324 143
Retenção de impostos na fonte	261 019	288 656
Restantes Impostos	745	422
SUB-TOTAL	2 382 906	1 870 074
Encargos a pagar		
Comissões a pagar	13 501 854	6 206 788
por Gastos com o pessoal	3 312 376	3 290 025
Publicidade a pagar	718 395	645 626
Outros custos a pagar	16 703 492	11 844 680
SUB-TOTAL	34 236 117	21 987 119
Receitas c- rendimento diferido		
comissões de seguro	18 990	43 273
SUB-TOTAL	18 990	43 273
Outras contas de regularização		
	2 036 896	333 847
TOTAL	57 399 350	44 153 887

A rubrica "Credores Diversos - Clientes" corresponde a saldos credores originados por pagamentos antecipados ou pagamentos em duplicado por parte de clientes.

A rubrica "Fornecedores Diversos" diz respeito à faturação de fornecimentos e serviços de terceiros.

A rubrica "Credores Diversos - seguradoras" compreende, essencialmente, os prémios cobrados, referentes ao mês de apresentação, a pagar às companhias de seguros.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária" regista movimentos de passagem associados a transações de tesouraria regularizados nos dias seguintes.

As rubricas associadas ao Setor Público e administrativo referem-se aos impostos a pagar em janeiro, do mês de dezembro, relativos ao Imposto de Selo, Retenções na fonte e contribuições para a Segurança Social e dos meses de novembro e dezembro, relativamente ao IVA.

O valor de "Comissões a pagar" corresponde a incentivos a pagar a parceiros comerciais pela angariação de contratos de crédito.

O valor de "Encargos a pagar por Gastos com o pessoal" corresponde à estimativa de encargos com férias e subsídio de férias, a liquidar em 2016, relativamente a direitos dos colaboradores adquiridos em 2015 e à estimativa de prémio de produtividade atribuída a colaboradores a liquidar no ano seguinte.

O valor de "Publicidade a pagar" corresponde à utilização de meios publicitários referentes ao mês de dezembro.

O valor de "Outros custos a pagar" corresponde, na sua maior parte, aos valores ainda não pagos relativos a serviços diversos prestados por terceiros. Inclui também a inclusão do reconhecimento de uma responsabilidade de 12,4 milhões de euros (dezembro 2014: 7,5 milhões de euros) relacionada com a potencial contribuição extraordinária do Banco para o Fundo de Resolução, sobre os processos de venda do Novo Banco e de resolução do Banif, que se encontram a decorrer.

NOTA 17 – CAPITAL SOCIAL, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O capital do Banco, de Euros 45.661.800, representado por 9.132.360 ações de valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em 2015 foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de 43 835 milhares de euros (durante 2014 foram distribuídos 28 767 milhares de euros).

Os acionistas do Banco a 31 de dezembro de 2014 e de 2015 são os seguintes:

	valores em EUR			
	31-12-2015		31-12-2014	
	N.º Acções	% Capital	N.º Acções	% Capital
BNP Paribas Personal Finance (França)	9 132 356	99,99996%	9 132 356	99,99996%
BNP Paribas (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Cetelem Expansion (França)	-	0,00000%	1	0,00001%
Cofica Bail (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Credit Moderne Ocean Indien (França)	1	0,00001%	-	0,00000%
Credit Moderne Antilles Guyane (França)	1	0,00001%	-	0,00000%
Leval 3 (França)	-	0,00000%	1	0,00001%
TOTAL	9 132 360		9 132 360	100,00000%

NOTA 18 – JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Juros de crédito concedido	99 709 078	99 301 500
Comissões- Despesas de contrato	4 467 531	4 552 379
Outros	641 926	8 198
TOTAL	104 818 535	103 862 077

O valor das Comissões debitadas a clientes a título de Despesas de Formalização ocorre no momento da concessão de crédito, sendo reconhecidas em resultados na proporção do reconhecimento dos respetivos juros.

NOTA 19 – JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Juros de instituições de crédito no país		
Juros de empréstimos CP	6 240	4 823
Juros de empréstimos D O	2 341	-
SUB-TOTAL	8 581	4 823
Juros de instituições de crédito no estrangeiro		
Juros de empréstimos CP	352 598	459 748
Juros de empréstimos MLP	13 805 915	17 015 356
SUB-TOTAL	14 158 513	17 475 103
Outros juros	1 957	3 924
Encargos com Comissões s- Operações Crédito	19 292 576	16 241 102
TOTAL	33 461 627	33 724 952

O valor de juros de instituições de crédito no estrangeiro corresponde exclusivamente a juros de empréstimos contraídos junto do BNP Paribas em França.

O valor dos Encargos com Comissões s/ Operações de Crédito regista o valor de remuneração liquidado a parceiros de negócio a título de intermediação na angariação de contratos de crédito, encontrando-se esta rubrica reconhecida em resultados em função da duração dos respetivos créditos.

NOTA 20 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, é detalhada como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos		
Fundo de Compensação do Trabalho	6	-
TOTAL	6	-

NOTA 21 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Comissões por:		
Angariação de seguros	15 717 078	13 167 217
Gestão de cartões- crédito	6 066 841	5 665 135
Mastercard	1 918 708	1 731 686
Anuidades- cartão de crédito	989 950	1 121 153
Gestão de cartões- fidelização	376 354	1 120 238
Outras comissões	69 756	12 859
TOTAL	25 138 687	22 818 288

A rubrica de comissões "Por angariação de seguros" refere-se a comissões recebidas como contrapartida da angariação de contratos de seguro associados aos contratos de crédito.

A rubrica "Gestão de cartões - crédito" refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela concessão de crédito sem juros dentro dos cartões de crédito das insígnias.

A rubrica "Mastercard" refere-se a comissões recebidas pela utilização de cartões associados a esta Rede.

A rubrica de "Anuidades" refere-se à cobrança de anuidades dos cartões de crédito.

A rubrica "Gestão de cartões - fidelização" refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela gestão da fidelização associada aos cartões das insígnias.

A rubrica de "Outras comissões" corresponde a comissões por antecipação de financiamentos a angariadores de crédito.

NOTA 22 – ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Comissões por:		
Serviços bancários	1 033 927	1 001 488
TOTAL	1 033 927	1 001 488

A rubrica “serviços bancários” integra principalmente os débitos bancários relacionados com cobranças de mensalidades de crédito concedido.

NOTA 23 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL (LÍQUIDO)

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são detalhadas como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos		
Ganhos em diferenças cambiais	-	-
SUB-TOTAL	-	-
Gastos		
Perdas em diferenças cambiais	8	93
SUB-TOTAL	8	93
TOTAL	(8)	(93)

As perdas em diferenças cambiais referem-se fundamentalmente a faturação recebida de prestadores de serviços sediados fora da Zona Euro.

NOTA 24 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, são detalhadas como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos		
Alienação de carteira de clientes	10 802	24 061 966
Ganhos na alienação de activos não correntes detidos para venda	102 605	60 148
Mais-valias na venda de activos fixos tangíveis	1 902	1 674
SUB-TOTAL	115 309	24 123 788
Gastos		
Perdas na alienação de activos não correntes detidos para venda	346 071	493 795
Menos-valias na venda de activos fixos tangíveis	-	327
SUB-TOTAL	346 071	494 122
TOTAL	(230 762)	23 629 666

O resultado desta rubrica, em 31 de dezembro de 2014, refere-se principalmente à alienação de uma carteira duvidosa a uma entidade externa.

NOTA 25 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, são detalhadas como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos		
Outros rendimentos associados à gestão de dossiers	12 947 833	13 238 698
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	3 188 869	1 088 786
Recuperação de créditos incobráveis	1 193 430	2 394 043
Outros rendimentos	124 511	7 886
SUB-TOTAL	17 454 643	16 729 413
Gastos		
Fundo de Resolução e Fundo Único de Resolução	5 132 028	7 633 841
Outros impostos		
Impostos indiretos	53 036	157 931
Impostos diretos	1 338	1 161
Quotizações e Donativos	28 314	18 214
Fundo de Garantia de Depósitos	4 000	17 500
Outros gastos	565 252	303 340
SUB-TOTAL	5 783 968	8 131 987
TOTAL	11 670 675	8 597 426

A rubrica "Outros rendimentos associados à gestão de dossiers" compreende a comissão de processamento de prestação em atraso nos pagamentos e de reembolso antecipado dos créditos. Esta rubrica inclui igualmente outras comissões relacionadas com a atividade de concessão de crédito.

A rubrica "Recuperação de créditos incobráveis" regista a recuperação de valores relativa aos créditos que haviam sido considerados irrecuperáveis, na sequência das operações de *Write-off* efetuadas.

Em 2015, a rubrica "Fundo de Resolução e Fundo Único de Resolução", incorpora uma estimativa de perda de 4,9 milhões de euros relacionada com a potencial contribuição extraordinária para o Fundo de Resolução, sobre os processos Novo Banco e Banif, que acresce aos 7,5 milhões de euros constituídos em 2014.

NOTA 26 – CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, rubrica é composta por:

	valores em EUR					
	31-12-2015			31-12-2014		
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Salários e vencimentos						
Remunerações dos órgãos de gestão						
Conselho Fiscal						
Carlos Alberto Domingues Ferraz	14 401		14 401	11 574		11 574
Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão	6 735		6 735	5 012		5 012
Administradores						
Susana Isabel Ribeiro da Silva Godinho A Ferreira	84 650	17 000	101 650	52 140	17 000	69 140
Serge Leon Maurice Le Bolès	182 889	47 806	230 695	184 495	45 000	229 495
Comité Executivo- de Direção	1 208 159	261 816	1 469 975	1 091 968	218 500	1 310 468
Compliance	103 040	13 613	116 653	92 963	11 282	104 245
Gestão de riscos	60 830	8 684	69 514	79 520	8 938	88 458
Auditoria Interna	43 470	9 000	52 470	45 946	5 000	50 946
Remunerações dos restantes colaboradores	11 459 182	856 081	12 315 263	11 386 041	875 416	12 261 457
SUB-TOTAL	13 163 356	1 214 000	14 377 356	12 94 659	1 181 136	14 130 795
Encargos sociais obrigatórios						
Segurança Social	3 054 612	-	3 054 612	2 982 487	-	2 982 487
Outros encargos	457	-	457	160	-	160
SUB-TOTAL	3 055 069	-	3 055 069	2 982 647	-	2 982 647
Outros custos com o pessoal						
Seguros de saúde e de vida	402 353	-	402 353	421 630	-	421 630
Outros	370 210	-	370 210	466 119	-	466 119
SUB-TOTAL	772 563	-	772 563	887 749	-	887 749
TOTAL DE CUSTOS COM PESSOAL	16 990 988	1 214 000	18 204 988	16 820 055	1 181 136	18 001 191

O efetivo médio de colaboradores ventilado por categorias profissionais distribui-se da seguinte forma:

	31-12-2015	31-12-2014
Funções de Direção	17	16
Funções Técnicas e Especializadas	554	534
Funções Administrativas	5	8
	576	558

Admissões de Colaboradores de acordo com a definição do art.º 2.º do Aviso do Banco de Portugal n.º10/2011:

	31-12-2015	31-12-2014
Conselho Fiscal	1	-
Administradores	-	-
Comité Executivo- de Direção	2	2
Compliance	1	-
	4	2

Demissões de Colaboradores de acordo com a definição do art.º 2.º do Aviso do Banco de Portugal n.º10/2011:

	31-12-2015		31-12-2014	
	N.º Colaboradores	Valor indemnização	N.º Colaboradores	Valor indemnização
Conselho Fiscal	1	-	-	-
Administradores	1	-	-	-
Comité Executivo- de Direção	-	-	-	-
Compliance	-	-	-	-
	2	-	-	-

NOTA 27 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Fornecimentos de terceiros		
Impressos e material de consumo corrente	730 086	1 090 150
Água, energia e combustíveis	636 912	556 386
Outros fornecimentos de terceiros	52 496	55 615
SUB-TOTAL	1 419 494	1 702 151
Serviços de terceiros		
Comunicações e despesas de expedição	5 663 045	5 839 552
Publicidade	5 204 631	3 974 356
Outros serviços especializados	3 385 551	1 897 644
Rendas e alugueres	2 755 464	2 617 844
Subcontratação informática	2 373 592	2 198 474
Conservação e reparação	1 809 587	2 234 355
Avenças e Honorários	1 615 816	2 981 528
Deslocações, estadas e representação	1 211 280	839 513
Contencioso e Notariado	597 869	833 440
Informações comerciais	577 548	573 209
Subcontratação de pessoal	543 996	323 561
Formação de pessoal	315 726	355 453
Serviços de impressão gráfica	257 754	385 400
Outros Serviços	313 911	350 535
SUB-TOTAL	26 625 770	25 404 864
TOTAL	28 045 264	27 107 015

Destacam-se as seguintes rubricas, com valores mais significativos:

i) A rubrica “Comunicações e despesas de expedição” compreende cerca de 3 790 mil euros (2014: 4 137 mil euros) de custos com correio e os restantes cerca de 1 870 mil euros de custos com comunicações;

ii) A rubrica “Publicidade” integra, nomeadamente, custos com ações promocionais e material publicitário;

iii) A rubrica “Outros serviços especializados” inclui, essencialmente, serviços de gestão de crédito, serviços de cobrança presencial e serviços de *Outsourcing*;

iv) A rubrica “Subcontratação informática” regista, essencialmente, custos com a utilização de meios informáticos;

v) A rubrica “Avenças e Honorários” compreende, essencialmente, prestações de serviços de advogados e agentes de execução, a maior parte delas relacionadas com a recuperação judicial dos créditos em contencioso;

vi) A rubrica “Informações comerciais” regista os custos com consultas de bases de dados da Equifax e do Banco de Portugal;

vii) A rubrica "Serviços de impressão gráfica" inclui, essencialmente, valores referentes a impressão e envelopagem de *mailings*.

NOTA 28 – COMPROMISSOS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão registados os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Compromissos perante terceiros		
Compromissos revogáveis	923 688 245	732 369 026
SUB-TOTAL	923 688 245	732 369 026
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	248 794	30 300 000
Refinanciamento contratado	98 530 000	47 750 000
SUB-TOTAL	98 778 794	78 050 000
TOTAL	1 022 467 039	810 419 026

Os compromissos revogáveis perante terceiros representam o montante disponível de crédito não utilizado sobre as linhas de financiamento contratualizadas com os clientes.

As linhas de crédito irrevogáveis refletem os plafonds contratualizados com instituições bancárias que não se encontram utilizadas pelo Banco.

O refinanciamento contratado refere-se aos montantes de financiamento contratualizados com o Grupo para utilização no mês seguinte.

NOTA 29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Resumem-se como se segue os saldos relativos às transações verificadas com partes relacionadas:

Balança	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Ativos		
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
BNP Sucursal Lisboa	12 375 915	2 667 261
Aplicações em instituições de crédito		
BNP Sucursal Lisboa	26 250 000	-
Juros a receber		
BNP Sucursal Lisboa	333	
Outros ativos		
Cardif	5 945 779	4 308 750
Cetelem CR, a s	-	9 971
BNP Paribas Personal Finance, S A	134 652	10 989
BNP Lease Group PT	-	-
BNP Sucursal Lisboa	-	-
CETELEM SERVICIOS SA DE CV (México)	4 621	-
CETELEM SLOVENSKO a s	17 371	
TOTAL ATIVOS	44 728 672	6 996 971
Passivos		
Empréstimos		
BNP Paribas Sucursal Lisboa- Empréstimos	30 000 000	-
BNP Paribas, S A	1 004 277 000	801 467 000
Juros a pagar		
BNP Paribas Sucursal Lisboa- Empréstimos	2 869	-
BNP Paribas, S A	1 124 939	1 319 001
Outros Passivos		
Arval Service Lease, S A	-	73 156
Cardif	2 034 706	1 960 131
BNP Sucursal Lisboa	-	-
TOTAL PASSIVOS	1 037 439 514	804 819 288
Extrapatrimoniais		
Linhas de crédito		
BNP Paribas	98 530 000	47 750 000
TOTAL EXTRAPATRIMONIAIS	98 530 000	47 750 000

	valores em EUR	
DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTOS	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos		
Juros e proveitos equiparados		
BNP Paribas Sucursal Lisboa- Juros Depósitos à ordem		7 825
Seguros		
Cardif	15 067 743	12 321 158
Outros serviços prestados		
BNP Paribas Securities Services		
Cetelem CR, a s	24 940	43 368
Cetelem Servicios SA de CB (Mexico)	4 621	-
Cetelem Slovensko a s	24 019	-
BNP Paribas Personal Finance (França)	240 269	41 051
BNP Paribas Sucursal Lisboa	38 529	-
BNP Paribas Cardif ACE	68	37 625
Arval Service Lease, S A	31	-
BNP Paribas Personal Finance SA (CZ)	5 530	-
BNP Paribas Lease Group, SA	16 157	-
TOTAL RENDIMENTOS	15 421 906	12 451 028
Gastos		
Juros e encargos equiparados		
BNP Paribas- empréstimos	14 158 513	17 474 653
BNP Paribas Sucursal Lisboa- Juros D O	-	1 522
BNP Paribas Sucursal Lisboa- Juros Empréstimos	6 240	3 301
Outras Comissões Pagas		
BNP Paribas Sucursal Lisboa	5 072	17 506
Custos Informáticos- Outros		
BNP Paribas Net Ltd	71 200	87 751
BNP Paribas Personal Finance	813 116	872 447
BNP Paribas Procurement Tech	259 744	259 744
Laser Symag, S A		166 800
Gastos Gerais Administrativos		
BNP Paribas Sucursal Lisboa	9 804	13 730
BNP Paribas Personal Finance	86 467	218 392
BNP Lease Group PT	1 269	11 562
Arval Service Lease, S A	817 139	821 461
BNPP Wealth Management		12 115
BNPP Securities Services	21 130	13 611
Custos com Pessoal		
BNP Paribas Personal Finance	18 846	-
TOTAL GASTOS	16 268 538	19 974 595

A totalidade do financiamento externo é efetuado junto do BNP Paribas, pelo que a rubrica "Juros e encargos equiparados" é essencialmente constituída pelos juros destas operações.

Da mesma forma, a quase totalidade da gestão de seguros encontra-se a cargo da Cardif (constituída pelas entidades Cardif Vie e Cardif - Risques Divers), pelo que a rubrica "Comissões - por angariação de Seguros" é essencialmente constituída pelas comissões pagas por essas entidades.

A gestão da frota automóvel do Banco encontra-se igualmente a cargo de uma entidade do Grupo, a Arval Service Lease, S.A., por cujos serviços faturou cerca de 817 milhares de euros em 2015.

NOTA 30 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

Em conformidade com o artº 4.º do capítulo III da Norma regulamentar n.º 15/2009 de 30 de dezembro, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, com o título "Relato Financeiro dos mediadores de Seguros ou de Resseguros", o Banco apresenta a informação detalhada pelas seguintes rubricas:

Políticas contabilísticas

Conforme descrito no ponto 2.5 das notas anexas, o reconhecimento de rendimentos relativos à atividade de mediação de seguros respeita o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos aquando da sua ocorrência e não aquando do seu recebimento ou pagamento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras nos períodos com os quais se relacionam.

O reconhecimento do rédito, conforme disposto na IAS 18, é assegurado pelo recurso a estimativas de rendimentos, nos casos em que o seu apuramento não se encontre faturado.

Remunerações relativas a Contratos de Seguros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as remunerações provenientes da atividade de seguros apresentam os seguintes valores, desagregadas entre atividade do ramo vida e não vida:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
RAMO VIDA		
Cardif- Assurance Vie	11 419 005	10 395 986
Companhia Seguros Açoreana, S A	330 905	298 534
Card Protection Plan,Sucursal	36 891	60 654
SUB-TOTAL	11 786 801	10 755 174
RAMO NÃO VIDA		
Cardif-Assurances Risques Divers	3 648 738	1 925 172
Card Protection Plan,Sucursal	37 649	46 999
ALICO- AIG LIFE	114 230	225 003
GE Financial Assurance	129 661	214 869
SUB-TOTAL	3 930 277	2 412 043
TOTAL	15 717 078	13 167 217

Todas as remunerações recebidas têm a natureza de numerário e, quanto à sua tipologia, são classificadas como comissões.

Níveis de concentração de empresas de seguros

A seguradora CARDIF, enquanto companhia de seguros do Grupo, apresenta em 2015 um nível de concentração de 96% (94% em 2014), determinado pelo rácio de rendimentos totais provenientes da seguradora sobre o valor total de rendimentos de seguros reconhecidos pelo Banco.

Valores das contas de clientes e volume de prémios

O valor de prémios cobrados por conta das sociedades de seguros ascendeu em 2015 e 2014 aos seguintes valores:

	valores em EUR	
	31-12-2015	31-12-2014
Cardif- Assurance Vie	12 272 020	9 333 053
Cardif-Assurances Risques Divers	5 440 150	6 838 952
Companhia Seguros Açoreana, S A	1 234	740
Card Protection Plan,Sucursal	118 481	246 587
ALICO- AIG LIFE	620 169	966 595
GE Financial Assurance	279 030	461 366
TOTAL	18 731 084	17 847 293

As contas correntes de clientes não apresentavam saldo no final de cada período.

Valores em contas a pagar/receber - sociedades de seguros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos das contas correntes das sociedades de seguros apresentam os seguintes valores a pagar/(receber):

	31-12-2015	31-12-2014
Cardif- Assurance Vie	1 411 668	1 341 840
Cardif-Assurances Risques Dive	605 001	575 074
ALICO- AIG LIFE	6 867	71 708
Card Protection Plan,Sucursal	10 332	9 559
GE Financial Assurance	18 066	63 226
TOTAL	2 051 933	2 061 406

Restantes Informações previstas no DR 15/2009

É entendimento do Banco que as restantes divulgações previstas no decreto-regulamentar 15/2009 não são aplicáveis a esta instituição.

NOTA 31 – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO REQUERIDA PELA CARTA CIRCULAR N.º 2/2014 DSP DO BANCO DE PORTUGAL

Em conformidade com o definido no ponto 4 do Anexo 1 da Carta Circular n.º2/2014 DSP divulgada pelo Banco de Portugal, com o título "Critérios de referência - Mensuração da imparidade da carteira de crédito e respetivas divulgações", o Banco apresenta de seguida a informação requerida, sempre que a mesma lhe seja aplicável:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

A.1) Os valores de exposição de crédito apresentados a seguir correspondem à designada "carteira económica" do Banco. Face à carteira reportada em Balanço a 31.12.2015, elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, existem diversos itens de reconciliação, dos quais destacamos os acréscimos de juros e as receitas e despesas com rendimento diferido.

SEGMENTO	Exposição a 31-12-2014					
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado
Corporate	120 770 692	98 596 956			22 173 737	
Construção e CRE						
Habitação	1 283 308	1 216 728	-	-	66 579	-
Particulares- Carteira Sã	789 962 252	789 962 252	-	-	-	-
Particulares- com indícios de imparidade	168 095 422	30 892 861	-	23 133 103	137 202 562	12 559 779
TOTAL (*)	1 080 111 674	920 668 797	-	23 133 103	159 442 877	12 559 779

Imparidade 31-12-2014		
Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
14 140 161	-	14 140 161
77 388	12 167	65 221
8 248 776	8 248 776	-
84 337 508	11 541 464	72 796 044
106 803 833	19 802 407	87 001 426

SEGMENTO	Exposição a 31-12-2015					
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado
Corporate	120 726 342	104 642 849			16 083 493	
Construção e CRE						
Habitação	1 149 445	1 081 003	-	-	68 442	-
Particulares- Carteira Sã	955 852 362	955 852 362	-	-	-	-
Particulares- com indícios de imparidade	163 002 891	23 935 811	-	18 582 595	139 067 080	12 324 790
TOTAL	1 240 731 040	1 085 512 025	-	18 582 595	155 219 015	12 324 790

Imparidade 31-12-2015		
Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
13 970 149	-	13 970 149
76 045	10 810	65 235
9 841 023	9 841 023	-
92 982 834	7 381 433	85 601 400
116 870 051	17 233 266	99 636 785

A.2)

SEGMENTO	Exposição Total 31-12-2014	Da Exposição Total a 31-12-2014					Imparidade Total 31-12-2014	Da Imparidade Total a 31-12-2014			
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30			Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <=90 *	Dias de atraso > 90 dias
		Sem indícios	Com indícios	Sub-Total							
Corporate	120 770 692	98 596 956		98 596 956	4 635 110	17 538 627	14 140 161			463 746	13 676 415
Construção e CRE											
Habitação	1 283 308	1 216 728	-	1 216 728	-	66 579	77 388	12 167			65 221
Particulares- Carteira Sã	789 962 252	755 291 874	34 670 378	789 962 252	-	-	8 248 776	8 248 776			
Particulares- com indícios de imparidade	168 095 422		30 892 861	30 892 861	29 519 379	107 683 182	84 337 508	11 541 464		7 365 058	65 430 987
TOTAL	1 080 111 674	855 105 558	65 563 239	920 668 797	34 154 489	125 288 388	106 803 833	19 802 407	-	7 828 804	79 172 622

* Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente falência, liquidação do devedor, entre outros.

SEGMENTO	Exposição Total 31-12-2015	Da Exposição Total a 31-12-2015					Imparidade Total 31-12-2015	Da Imparidade Total a 31-12-2015			
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30			Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <=90 *	Dias de atraso > 90 dias
		Sem indícios	Com indícios	Sub-Total							
Corporate	120 726 342	104 642 849		104 642 849	3 562 379	12 521 114	13 970 149			460 691	13 509 458
Construção e CRE											
Habitação	1 149 445	1 081 003		1 081 003		68 442	76 045				76 045
Particulares- Carteira Sã	955 852 362	910 260 180	45 592 182	955 852 362	-	-	9 841 023	9 841 023			
Particulares- com indícios de imparidade	163 002 891		23 935 811	23 935 811	28 801 401	110 265 679	92 982 834	7 681 433		6 761 947	78 539 453
TOTAL	1 240 731 040	1 015 984 032	69 527 993	1 085 512 025	32 363 781	122 855 234	116 870 051	17 522 456	-	7 222 638	92 124 957

* Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente falência, liquidação do devedor, entre outros.

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

ANO DE PRODUÇÃO	Corporate (**)			Construção e CRE			Habitação			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	360	1 089 042	603 542				34	1 149 445	76 045	27 494	37 683 362	10 954 114
2005	241	758 736	494 955							12 071	15 251 498	5 402 837
2006	300	1 586 006	1 005 270							48 632	33 967 142	8 763 071
2007	421	2 410 638	1 765 731							50 331	41 866 080	14 838 240
2008	499	3 349 587	2 485 231							47 733	36 715 810	12 591 903
2009	522	2 677 496	1 615 192							40 530	30 966 890	7 772 663
2010	772	4 427 630	1 649 913							46 142	49 124 268	7 332 356
2011	1 232	7 181 505	1 507 974							48 621	64 223 967	7 930 131
2012	1 249	9 110 746	950 337							69 586	82 149 904	7 719 475
2013	1 710	17 263 549	829 886							84 981	108 111 826	8 099 314
2014	1 970	26 857 464	707 625							121 651	194 620 980	7 056 299
2015	2 320	44 013 944	354 495							274 827	424 173 527	4 363 454
TOTAL	11 596	120 726 342	13 970 149				34	1 149 445	76 045	872 599	1 118 855 253	102 823 856

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor, geografia

C.1 e C.2) Por segmento e por setor de atividade:

31-12-2014										
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particulares + Carteira Sã		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	30 064 120	5 566 429							30 064 120	5 566 429
Colectiva	90 706 572	8 573 732			1 283 308	77 388	958 057 674	92 586 285	1 050 047 554	101 237 404
TOTAL	120 770 692	14 140 161	-	-	1 283 308	77 388	958 057 674	92 586 285	1 080 111 674	106 803 833

31-12-2015										
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particulares + Carteira Sã		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	28 629 187	4 796 896							28 629 187	4 796 896
Colectiva	-	9 173 253			1 149 445	76 045	1 118 855 253	92 982 834	1 120 004 698	102 232 132
TOTAL	28 629 187	13 970 149	-	-	1 149 445	76 045	1 118 855 253	92 982 834	1 148 633 885	107 029 028

C.3) Por geografia:

31-12-2014				
	Portugal		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação				
Individual	30 064 120	5 566 429	30 064 120	5 566 429
Colectiva	1 050 047 554	101 237 404	1 050 047 554	101 237 404
TOTAL	1 080 111 674	106 803 833	1 080 111 674	106 803 833

31-12-2015				
	Portugal		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação				
Individual	28 629 187	4 796 896	28 629 187	4 796 896
Colectiva	1 212 101 853	112 073 154	1 212 101 853	112 073 154
TOTAL	1 240 731 040	116 870 051	1 240 731 040	116 870 051

Toda a exposição é relativa a residentes no território nacional português.

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

MEDIDA	2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo									
Período de carência									
Redução da taxa de juro									
Extensão de prazo+Redução da taxa juro	4 703	23 359 308	10 031 489	2 151	12 343 575	6 004 393	6 854	35 692 883	16 035 882
TOTAL	4 703	23 359 308	10 031 489	2 151	12 343 575	6 004 393	6 854	35 692 883	16 035 882

MEDIDA	2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo									
Período de carência									
Redução da taxa de juro									
Extensão de prazo+Redução da taxa juro	4.500	18.582.595	6.328.601	2.334	12.324.790	7.061.521	6.834	30.907.385	13.390.122
TOTAL	4.500	18.582.595	6.328.601	2.334	12.324.790	7.061.521	6.834	30.907.385	13.390.122

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31 12 2015	31 12 2014
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	35 692 883	40 322 680
Créditos reestruturados no período	3 770 138	7 446 041
Juros corridos da carteira reestruturada	-	-
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	8 555 635	7 472 224
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	-	-
Venda de Carteira Contencioso	-	4 603 615
SALDO FINAL DA CARTEIRA DE REESTRUTURADOS (BRUTO DE IMPARIDADE)	30 907 385	35 692 883

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

SEGMENTO	31-12-2014														
	GR Baixo				GR Médio						GR Elevado				
	aaa - 1	aa+ - 2	aa - 3	a - 4	bbb+ - 5	bbb - 6	bbb- - 7	bb+ - 8	bb - 9	bb- - 10	b - 11	ccc+ - 12	ccc - 13	ccc- - 14	ccc-- - 15
Habituação															
Construção e CRE															
Corporate															
Particulares**	106 033 626	106 102 344	72 091 584	106 592 891	120 540 747	111 553 003	72 053 112	76 638 851	47 272 917	29 659 535	20 238 383	146 246	29 204 910	58 733 324	91 902 774
TOTAL	106 033 626	106 102 344	72 091 584	106 592 891	120 540 747	111 553 003	72 053 112	76 638 851	47 272 917	29 659 535	20 238 383	146 246	29 204 910	58 733 324	91 902 774

SEGMENTO	31-12-2015														
	GR Baixo				GR Médio						GR Elevado				
	aaa - 1	aa+ - 2	aa - 3	a - 4	bbb+ - 5	bbb - 6	bbb- - 7	bb+ - 8	bb - 9	bb- - 10	b - 11	ccc+ - 12	ccc - 13	ccc- - 14	ccc-- - 15
Habituação															
Construção e CRE															
Corporate	5 588 308	772 404	9 994 728	14 963 691	17 882 286	12 796 261	2 787 628	7 319 745	3 773 958	1 237 872	813 088	-	4 176 669	-	9 990 516
Particulares	95 476 993	126 970 631	131 142 599	89 329 222	139 956 938	123 668 817	91 693 090	84 559 781	47 279 692	24 279 461	19 185 785	148 839	19 137 168	20 571 888	105 454 349
TOTAL	101 065 301	127 743 035	141 137 327	104 292 914	157 839 224	136 465 078	94 480 718	91 879 525	51 053 650	25 517 334	19 998 873	148 839	23 313 838	20 571 888	115 444 864

* aaa/1: Melhor Perfil; ccc--/15: Pior Perfil

** 2014 Particulares: contém carteira de crédito a particulares e empresas retail. A respetiva divisão foi feita em junho 2015 e será mantida após essa data.

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento

2014	Imparidade			
	PD (%)			LGD (%)
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30- 90 dias	
Segmentos				
Corporate				
Construção e CRE				
Habitação				
Particulares	1,1%	18,3%	32,4%	62,2%

Os valores de 2014 foram reescritos devido à identificação de um lapso na sua elaboração.

2015	Imparidade			
	PD (%)			LGD (%)
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30- 90 dias	
Segmentos				
Corporate				
Construção e CRE				
Habitação				
Particulares	0,5%	4,7%	31,3%	69,2%

NOTA 32 – HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A sociedade efetiva é "MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.", inscrita na OROC sob o número 51 e na CMVM sob o número 1254, sendo representada pelo sócio Fernando Vieira, revisor oficial de contas com o número de inscrição 564.

No decorrer do exercício de 2014 e 2015 foram prestados por esta sociedade os seguintes serviços (valores sem IVA):

	31-12-2015	31-12-2014
Auditoria e Revisão Oficial de Contas (inclui análise do Controlo Interno)	33 000	29 500
Análise de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo	3 000	3 000
Análise Provisões Económicas	3 000	3 000
	39 000	35 500

NOTA 33 – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA AO ÓNUS SOBRE ATIVOS CONFORME INSTRUÇÃO 28/2014 EMITIDA PELO BDP

O Banco não detém Ativos abrangidos pela instrução 28/2014, pelo que nada há a reportar relativamente às instruções 28/2014 e 29/2014 do Banco de Portugal.

4 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1 249 113 901 euros e um total de capital próprio de 135 463 650 euros, incluindo um resultado líquido de 38 692 115 euros), a Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA") emitidas pelo Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

RUA TOMÁS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G - 5ª, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL

TEL: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3ª - 514, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150.000,00 € - CRC LISBOA





- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

ÊNFASE


8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para o registo por estimativa, com base na informação disponível à data de encerramento das contas de 2015, de uma provisão prudencial para fazer face à perda potencial a suportar pelo **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA** na proporção da sua participação no Fundo de Resolução e em resultado da alienação do "Novo Banco" e da resolução do BANIF (Nota 16 do Anexo às Demonstrações financeiras).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de Março de 2016

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada por Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)



5 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



40

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido pela Assembleia Geral de 2014.03.31, vimos apresentar-vos o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas do *BANCO BNP - PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A.*, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015.

O Relatório da Gestão contém exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios, numa análise equilibrada e global do desempenho e dos seus resultados e da posição da Sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta (tendo em conta as categorias definidas pelo regulador, no âmbito de uma gestão pelo risco bem imbuída e praticada no Grupo), com referência aos montantes inscritos nas contas do exercício e explicações adicionais relativas a esses montantes.

A análise feita abrange tanto os aspetos financeiros como referências de desempenho não financeiras relevantes para as atividades específicas da Sociedade, incluindo informações sobre responsabilidade social e ambiental, qualidade e questões relativas aos trabalhadores, nomeadamente a sua repartição (de género, etária, antiguidade, geográfica), a política salarial, compensações e benefícios, seleção, avaliação do desempenho modernizada (com a certificação DGERT do respetivo Departamento, uma mais valia para os trabalhadores, representando um reconhecimento externo curricularmente integrável), desenvolvimento e formação; descrevem-se as políticas de cobertura dos principais riscos e a ligação com o Grupo.

Abrange, também, condições do mercado, investimento, custos e proveitos, aludindo-se a atividades de investigação e desenvolvimento ("Desenvolvimentos e projetos") descrevendo atividades previstas e projetos em curso. Inclui e assume a responsabilidade social e ambiental e a política da qualidade.

Indica, ainda, implicitamente os fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício na referência à evolução previsível e apresenta uma proposta fundamentada de aplicação dos resultados.

Procurámos acompanhar a envolvente que, aliás, é bem descrita no Relatório da Gestão, quer no geral – internacional e nacionalmente - quer no sector (e subsectores) em que a Sociedade atuou, possibilitando o mesmo a perceção dos diferentes segmentos, ainda que não se detalhe a



A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page.

concorrência e o preço (que é, no caso, predominantemente a taxa de juro, de que se analisa a evolução da taxa da dívida pública a longo prazo).

Dentro de um quadro europeu de alguma recuperação económica, mas de muitos desafios (risco de deflação/taxas de juro/aforro/consumo/investimento; incertezas nos mercados e políticas em alguns países; refugiados; deficits externos e/ou públicos; *Brexit*; falta de visão, liderança/consenso/estratégia quanto ao papel futuro da Europa num Mundo em mutação e com nova e emergente geoestratégia) e de expetativas incertas, Portugal conheceu um crescimento modesto, porém maior, diminuição do desemprego (ainda assim alto), alterações políticas – e logo alterações de perspetivas económicas – com recuperação da procura privada e de algum investimento. No que nos toca e dada a ênfase que por nós foi dada ao setor, o mercado automóvel animou, ainda que com vendas de novos inferiores às de 2008.

Quanto às perspetivas e na síntese do Conselho das Finanças Públicas, há “uma opção clara ... em definir a procura interna como principal motor do crescimento da economia”, com algum alívio nos salários e nos impostos diretos, logo mais rendimento disponível, mas disponível também para suportar mais impostos indiretos. Dentro destes e na ainda proposta de O.E. 2016, salientemos – porque para nós relevantes – o imposto do selo (previsto para operações de pagamento baseadas em cartões; o seu agravamento em 50% quanto ao crédito ao consumo); os vários impostos sobre o automóvel, todos aumentados. Ainda quanto a impostos, refira-se que se prevê a prorrogação, o alargamento das bases de incidência subjetiva e objetiva e o aumento da taxa máxima da contribuição sobre o setor bancário.

Ora, se a opção política é a procura interna, o crédito ao consumo deveria ser um seu instrumento. Porém, será – é o previsto – fiscalmente penalizado em si e penalizado será – ainda mais do que já o é – quem o promove.

O crédito ao consumo é ancestral, passou pelo “rol dos fiados” e cresceu para a expansão que garantiu a criação de mercados sustentáveis, com dimensão possibilitadora de massa crítica de novos processos de produção a custos – e logo a preços – acessíveis, de bens de consumo duradouros, hoje indispensáveis e inerentes ao mundo civilizado. Relembre-se, como exemplo significativo pelo seu próprio nome, a *Compagnie pour le Financement des Équipements Électro-Ménagers, CETELEM...*

Se bem praticado e gerido com ética é amenizador de dificuldades, é fator de empreendedorismo e, até, de subsistência social. Se se abusar na quantidade ou no preço, estará em causa o risco de



Handwritten signature and initials "HD" in blue ink.

reputação (do agente que o fizer, mas pode tomar-se o rebanho pela ovelha ...). *Scrooge* é do Séc. XIX, mas, muito antes disso, algumas outras palavras foram inventadas. Porém, hoje, é regulamentado e fiscalizado, com baias e praticas bem definidas e autoridades atentas. Aproximar-se excessivamente dos limites, tem riscos políticos e regulamentares.

O excesso de crédito pode levar ao sufocante sobre-endividamento: nas pessoas, nas famílias, nas entidades, nos países. Portugal conheceu/conhece uma experiência que melhor será não repetir.

Porém, quanto ao Grupo e a esta Instituição em particular, há a cultura grupal de "crédito responsável" dentro da "responsabilidade económica, social, cívica e ambiental", que a análise ponderada dos pedidos de crédito, sua viabilidade/risco e relativamente baixa taxa da sua aceitação até agora praticada, é prova de cuidado e bom senso.

A longevidade da Instituição em Portugal também o é, assim como os resultados dos inquéritos de satisfação feitos. Relembre-se – e é sempre de lembrar, por isso aqui o fazemos – o que está escrito como nossa missão: "ajudar os clientes a realizar os seus projetos", "preservar o seu futuro" e "ser o seu conselheiro permanente, mantendo uma relação de fidelidade". E como nossos valores: "responsabilidade, rigor, transparência", "inovação, consideração, proximidade".

Tudo isto num ambiente em que internacionalmente se discute o modelo e a prática do negócio bancário, como intermediação, os seus canais de distribuição, o seu *marketing*, numa gestão num enquadramento regulatório cada vez maior e mais complexo (Basileia III, CRD IV, FinRep, CoRep, ...) e num ambiente de taxas baixas e até negativas, com margens quantitativamente baixas em pontos percentuais. Porém e quanto à Instituição em particular, o seu *funding* é uma vantagem competitiva.

Note-se que a Instituição continua a assumir a sua responsabilidade social, destacando-se "O Observador CETELEM" - com interessantes edições anuais - e o esforço para melhorar a literacia ("Tem tudo a Ler") e, ainda, a promoção do 3º Estudo de Literacia Financeira. Atente-se, ainda nas instruções existentes para a recuperação de créditos, onde há que separar o trigo do joio, tendo que se ser, simultaneamente, firme e compreensivo.

O exercício em apreço apresenta excelentes indicadores de desempenho, nomeadamente quanto a resultados (em valor; ROA; ROE) ainda que inferiores ao período anterior, devido a uma operação não recorrente ocorrida em 2014. A produção aumentou (+31%; acima do mercado e,



A handwritten signature in blue ink, with the initials "ND" written below it.

portanto, com ganho de quota; o valor médio por contrato foi inferior a K€2,5, medida do grau de dispersão do risco de crédito) e a carteira de crédito também (17,94% em termos líquidos; Nota 7), com um contrato médio de cerca de K€1,45. Note-se a atitude do Grupo de visitar a sua cultura e responder proactivamente aos desafios das transformações da economia, do mercado bancário e das necessidades dos clientes (atuais e futuros, uma vez que o seu perfil está em evolução), com os meios tecnologicamente disponíveis numa economia cada vez mais digital. Localmente isso refletiu-se numa maior colaboração participativa com parceiros (de que o cartão UNIVERSO é bom exemplo; e é filosofia ainda seguir na adaptação a novo parceiro, novo público, novo canal de distribuição, que é o projeto CTT, o qual se tem mostrado de demorada implementação, mas que mantém o seu potencial, com o eminente arranque efetivo do Banco Postal e a experiência do Grupo na área). Também em decisões de investimento em informática para possibilitar novos produtos (*Home/Mobile banking*, por exemplo), melhor gestão e um *compliance* ainda mais forte e mais rapidamente reativo, quando necessário for. Interessante a reação positiva e interessada de outras entidades do Grupo por algumas das nossas soluções informáticas.

Oportunamente, emitiu este Conselho o seu Parecer sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, bem como o seu Parecer sobre o Relato da Administração sobre o Sistema de Controlo Interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e procurou acompanhar as observações feitas pelo Banco de Portugal.

O Conselho diligenciou supervisionar a Administração da Sociedade e os seus Serviços, bem como a Revisão de Contas, nomeadamente aos documentos de prestação de contas, fiscalizou a independência do Revisor Oficial de Contas e tomou conhecimento da "Certificação Legal das Contas" por este emitida e que mereceu a nossa inteira concordância. Dela consta uma pertinente chamada de atenção (ênfase) para o que foi a prudente atitude da Instituição quanto ao Fundo de Resolução (BES/NOVO BANCO + BANIF), entidade em que, por Lei, obrigatoriamente participamos materialmente, mas em que nada participamos quanto à sua gestão, nem sequer quanto à sua estratégia ou supervisão.

Na sequência do incidente americano, assumido e superado, em 2014 e a nível central, o Grupo decidiu reforçar o *Compliance* e a auditoria, o que se veio a sentir em Portugal.

Também se vem fazendo sentir a determinação do BCE de incluir a Instituição da sua direta supervisão.



A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page.

Assim, reunimos regularmente com a Administração, bem como com o órgão "Revisor Oficial de Contas", analisámos atas e acompanhámos periodicamente as contas intercalares e demais instrumentos de gestão, procedemos ao estudo de leis, normas, regulamentos e documentos internos, efetuámos observações e fizemos indagações, com proveitosos debates, junto de quadros de topo e intermédios relevantes para a nossa missão, nomeadamente com base nos Relatórios periódicos que os seus Departamentos emitem e que sintetizam as ações realizadas e os resultados alcançados. Conferimos o cumprimento das principais obrigações legais externas, nomeadamente para com o regulador.

Dentro dessas diligências conferimos algum relevo ao Serviço de Provedor do Cliente na medida em que, através dele, se tem um *feedback* externo das atividades internas e, assim, é uma medida indireta do estado das relações com a clientela e da reputação da Instituição. Refira-se que o mesmo está Certificado em termos de Gestão da Qualidade.

Registe-se a alteração da sede social para instalações onde estão agora situadas outras entidades do Grupo, mais centrais e com as inerentes sinergias e, também, as alterações havidas nos órgãos sociais (uma saída do Conselho de Administração, a saída e a entrada de membro suplente deste Conselho e, igualmente, de membro efetivo, registando-se aqui o contributo dado com o seu saber pelo Sr. *Stéphane Manteau* ao longo do período do seu mandato, o qual foi substituído pelo Sr. *Hubert Delachaux*, subscritor deste Relatório e que nos acompanha desde Abril).

No final dos trabalhos, o Conselho verificou os documentos de prestação de contas, assim como as políticas contabilísticas (explicitadas na nota 2 das Notas e que não conheceram alterações voluntárias) e tem vindo a acompanhar o processo de preparação e de divulgação da informação financeira, com vista, nomeadamente, à vossa apreciação e deliberação.

Durante o exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexatidões que devamos levar ao vosso conhecimento, tendo-nos sido prestados todos os esclarecimentos de que necessitámos; pelo apoio que recebemos no desempenho das nossas funções, a todos aqui expressamos os nossos agradecimentos.

A Nota 17 discrimina os 5 acionistas e por ela se infere que não existem ações próprias. Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores. Não se praticaram operações de cobertura. A Sociedade tem instalações em Lisboa e em Gaia, conforme é referido os "Aspetos gerais" introdutórios às Notas.



A proposta de aplicação de resultados incluída no Relatório de Gestão está fundamentada e cumpre as disposições legais pertinentes.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, que satisfazem as disposições legais e estatutárias, e contêm a proposta de aplicação de resultados e atendendo à citada "Certificação Legal das Contas" e às suas conclusões, envolvendo, dentro do âmbito aí referido, a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras e exprimindo a opinião de que essas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira em 2015.12.31, o resultado das operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal,

Somos de parecer que:


- Merecem aprovação o "Relatório da Gestão", o "Balanço", as Demonstrações: "de Resultados e do Rendimento Integral", "dos Fluxos de Caixa", de "Alterações dos Capitais Próprios" e as correspondentes "Notas";
- Merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;

e propomos:

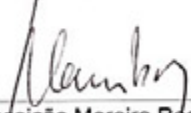
- Votos de confiança no Conselho de Administração – em todos e em cada um dos seus membros – e no Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 455º do C.S.C.

Lisboa, 15 de março de 2016


O CONSELHO FISCAL



 Carlos Alberto Domingues Ferraz, Presidente



 Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão



 Hubert Delachaux

6/6

